

ATA N.º 14/2015:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 1 DE JULHO DE 2015:

No dia um de julho de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, na sede da União Desportiva da Palhota (freguesia de Pinhal Novo), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e António Manuel da Silva Braz.

O Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de suspensão de mandato de 1 de julho a 31 de agosto do ano em curso, apresentado pela Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues, convocou o Sr. António Manuel da Silva Braz para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).

O Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião, apresentado pela Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, convocou o Sr. Dr. Eduardo Alexandre Godinho Ferro para o substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 2).

O Sr. Presidente menciona que o Sr. Vereador Eduardo Ferro lhe deu a saber que, por motivos de doença, está impossibilitado de se apresentar na presente reunião, pelo que coloca a votação a justificação da sua falta, a qual foi aprovada, por unanimidade.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Regulamento Municipal sobre horários de funcionamento – Início do procedimento e participação procedimental

PONTO 2 – Fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar da rede pública, do concelho de Palmela – ano letivo 2015/2016: abertura de procedimento por ajuste direto

PONTO 3 – Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M.

PONTO 4 – Adesão à candidatura da Arrábida à Reserva da Biosfera

PONTO 5 – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Requerente: FIT – Fomento da Indústria do Tomate, S.A.. Proc.º E-288/59. Local: Águas de Moura. Requerimento n.º 1828/2015.

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** explica que nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início. Segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público, e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção. Dá a palavra a quem queira intervir.

Sr. Manuel Teixeira, residente no Vale da Vila (1.)

Refere que mora no Vale da Vila, em frente ao café Cancela, onde há uns anos largos há um problema grave naquela passadeira, o Sr. presidente já tem conhecimento disto há muitos anos, queria alertar e pedir encarecidamente, antes que haja algum acidente porque por vezes passam ali carros a 100 e 150 kms/hora num local de 50Kms/hora. Já fui ter consigo várias vezes quando era presidente da junta atual, já fui 3 ou 4 vezes ter com o Sr. presidente da junta, queria mais uma vez pedir que este caso realmente não fosse esquecido porque se um dia houver lá uma tragédia que não seja eu que moro ali em frente ao café e há tantos anos que andamos a falar nisto, agradecia se fosse possível que este assunto não ficasse em rol de esquecimento.

Sr. Sérgio Manuel Costa, residente na Av. Marechal Costa Gomes, no Vale do Alecrim (2.)

Solicita informações sobre a data prevista para o saneamento e o asfaltamento da avenida onde reside, porque mora no local há quarenta e oito anos e começa a ser insuportável ali

viver, porque as pessoas para fugirem às patrulhas da Guarda Nacional Republicana (GNR), que se encontram no cruzamento dos Olhos de Água, utilizam aquela via. No verão é insuportável devido ao pó e no inverno a via serve só para estragar os carros, tantos são os buracos. Não obstante, as pessoas dão-se ao luxo de circular no local a mais de 100 km/h.

Quanto à falta de esgotos, alega que sai muito caro contratar o serviço. Para obviar essa situação comprou um trator e uma cisterna para despejar a sua fossa.

Acrescenta que não possuem água canalizada, a via não tem bermas e existe um charco bastante perigoso com água com dois metros de profundidade que pode potenciar um acidente.

Outra situação que denuncia prende-se com a falta de iluminação pública. Teve o cuidado de telefonar mais de vinte vezes para a EDP - Energias de Portugal, S.A. informando que os candeeiros existem mas estão apagados, mas até ao momento nada foi feito. Informa que os candeeiros novos existentes na rua paralela à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) só lá se encontram porque suportou os custos da sua aquisição e colocação.

Outra situação que tem merecido constantes reclamações junto da EDP prende-se com a potência. Refere que a potência de 220 w chega a 180 w, e a de 380 w chega a 350 w. Por vezes é impossível ligar um micro-ondas ou uma torradeira. Na sua opinião isso prende-se como facto de na antiga propriedade do Dr. Veríssimo da Silva se encontrar um condomínio de rulotes e encontram-se todas ligadas à rede clandestinamente. Como é que essas rulotes se encontram ligadas a si não lhe diz respeito, mas é certo que cada rulote possui dois ou três equipamentos de ar condicionado. Para além disso, se agora mesmo alguém se deslocar ao local constata que encontram-se trinta ou quarenta focos grandes ligados.

Em resposta às denúncias que efetuou, a EDP informou que estão a aguardar que alguém solicite uma puxada para regularizar a situação. Sublinha que isso tem acarretado prejuízos adicionais porque as bombas do furo de captação de água acabam por queimar. Como não consegue que a EDP resolva a situação, solicita a ajuda da Câmara Municipal.

Denuncia que, quando chove, o Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) efetua descargas diretamente para a vala. Teve o cuidado de informar a Câmara Municipal e os técnicos já se deslocaram ao local mas afirmam que está tudo bem.

A existência de um único contentor do lixo era, na sua opinião, escasso. Teve o cuidado de reportar isso à Sra. Vereadora do pelouro e prontamente foi lá instalado um segundo contentor. Acontece que os dois contentores encontram-se junto à sua porta (número sete). Realça que existem residentes cuja vida é andarem nas feiras e passam, às vezes, um mês sem irem a casa. Contudo, possuem um canil e quando regressam a casa procedem à sua limpeza. Colocam os dejetos dentro de um carro de mão e vazam-no dentro dos contentores do lixo.

Como se compreende o cheiro é insuportável. Relata que já reclamou à Câmara Municipal que prontamente (horas depois) procedeu à limpeza dos contentores, mas isso é uma solução provisória.

Outra situação reveladora de falta de bom senso, são os dejetos de cães que se encontram na Av. dos Ferroviários (conhecida como avenida das palmeiras), em Pinhal Novo. Refere que na rua paralela à avenida, do lado do Supermercado LIDL até à ponte sobre o caminho de ferro, não existe sítio onde pôr os pés, tal o número de dejetos existentes.

Sr. Joaquim Moço, residente na Palhota (3.)

Dá as boas vindas ao Executivo Municipal e lamenta que não se desloquem uma vez por mês à Palhota, porque só assim é que as ruas são limpas. Isso traz-lhe à memória os tempos em que foi militar, pois o quartel só era limpo quando se sabia que havia a visita do comandante.

Solicita informações sobre a previsão de colocação de esgotos na Rua José Nabo e na Estrada Municipal (EM) 575 (do cruzamento da Palhota até à estação de caminho de ferro de Venda do Alcaide e do cruzamento do Rancho Folclórico Regional de Palhota e Venda do Alcaide ao cruzamento do café do Miranda).

Referencia que do cruzamento da Palhota até à Lagoa da Palha colocaram-se os esgotos. Para isso houve necessidade de romper a estrada, mas a colocação dos remendos faz-se de forma lenta e a estrada está intransitável. Questiona para quando a conclusão dos trabalhos.

Alega que teve conhecimento que o Aceiro do Faquinha, mais concretamente o troço desde o Aceiro da Rua dos Comerciantes, vai ser alcatroado. Questiona se o aceiro vai ser infraestruturado primeiro e só depois é alcatroado, ou se é o inverso.

Relembra que a EM 575 sofreu uma intervenção há uns anos e, na altura, providenciou-se que as coisas ficassem preparadas para que futuramente, quando os moradores pretendessem ligar-se à água da rede, não houvesse a necessidade de estar a romper a estrada. Acontece que essas passagens estão lá, mas quando as pessoas pretendem ligar-se à rede acabam, escusadamente, por romper a estrada porque basta procurar a ligação.

Desconhece se o Executivo tem conhecimento disso, mas basta perguntar ao antigo Vereador Caçoete, pois ele sabe que existem as tais transversais e que se alguém pretender ligar-se à rede escusa de romper o alcatrão, pois basta procurar a ligação. Deixa esse reparo porque, na altura, deixou-se tudo preparado e não está a ser utilizado, obviando remendos na estrada.

Sr. João Marques, residente na Venda do Alcaide (4.)

Apela que numa futura reorganização das freguesias a localidade de Venda do Alcaide seja incorporada na sua totalidade na freguesia de Pinhal Novo, porque não faz sentido que uma parte pertença à freguesia de Pinhal Novo e a outra parte à freguesia de Palmela.

Considera que as pessoas de Venda do Alcaide têm mais afinidade com Pinhal Novo do que com Palmela, mas também destaca as infraestruturas de ligação, comunicação e de transportes, onde se destaca o ferroviário.

Sobre a estação de caminho de ferro, recorda que a Câmara Municipal efetuou obras para permitir o acesso à estação pelo lado poente, porque até então só existia o acesso do lado nascente. Acontece que as obras estão concluídas há alguns meses, mas o acesso permanece encerrado, pelo que solicita esclarecimentos.

Sobre a falta de iluminação pública no viaduto da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. [atual Infraestruturas de Portugal, S.A. (IA, I.P.)], já ouviu dizer, por parte da Câmara Municipal, que a responsabilidade é da REFER. Todavia, deslocou-se a Setúbal e falou com o engenheiro responsável da REFER que lhe garantiu a «pés juntos» que a responsabilidade era do Município. A verdade é que a população está a servir de bola de pingue-pongue e, enquanto isso, está privada de iluminação há três ou quatro anos.

Sobre a Estrada Municipal (EM) 575, que começa no cruzamento da Palhota e vai até ao viaduto da IA, I.P., relembra que há uns anos o Sr. Presidente deu ordem para que a berma fosse pavimentada desde o referido cruzamento até ao Posto Médico. A exemplo do que foi feito, urge efetuar obra semelhante desde o viaduto da IA, I.P. até ao Posto Médico. Essa intervenção é necessária porque passaria a haver passeio e escoamento de águas, obviando também a que se danificasse o alcatrão. Para além disso, trata-se de uma obra pequena.

Conclui por saudar o Executivo Municipal pela iniciativa que são as chamadas 'Semanas das Freguesias', pois desse modo os eleitos visitam as zonas rurais do concelho.

Sra. Sandra Moço (5.)

Fala na qualidade de professora e mãe e demonstra a sua preocupação pelo facto do exterior das escolas não terem condições para as crianças brincarem e isso deixa-a muito incomodada.

O jardim de infância de Vale da Vila, estabelecimento frequentado pela sua filha, conta com sessenta crianças. Quando chove, as crianças têm de ficar na sala de aula e não podem brincar; de verão ficam expostas às horas de maior calor sem nenhuma proteção, pois o espaço dos escorregas e o parque de areia encontram-se desprotegidos. Acontece que a exposição ao sol tanto faz mal na praia como no Vale da Vila. Ver as crianças a brincarem naquelas condições, aflige-a bastante.

Refere que trabalha numa escola com trezentas crianças e obrigá-las a ficar dentro do estabelecimento quando chove é uma dor de cabeça, porque torna-se caótico. Em dias de sol não existe uma única sombra. A solução pode passar pela plantação de umas árvores ou a colocação de uma rede, ou outra solução, mas urge fazer qualquer coisa.

Por exemplo, a antiga Escola n.º 3 foi remodelada. Em termos arquitetónicos está muito bem pensada mas, na sua opinião, esqueceram-se do mais importante – a parte exterior. Anteriormente, a escola tinha um espaço magnífico para as crianças brincarem. Com as obras, o espaço diminuiu consideravelmente, sendo escasso para tantas crianças. A parte da Pré-escola também está muito bonita, mas o exterior também não possui nenhuma proteção para as crianças.

Face à intervenção dos Municípios são prestadas as seguintes explicações/esclarecimentos:

Em resposta ao Sr. Manuel Teixeira, residente no Vale da Vila (1.), o Sr. Presidente refere que esta questão das lombas ao contrário do que muita gente julga não é nada pacífico e do ponto de vista técnico e sobretudo quando temos de recolher o parecer da proteção civil há muitos obstáculos à colocação de lombas e para fazê-las também como já fizemos nalguns sítios depois dizem que elas não estão lá a fazer nada porque não são suficientemente altas, mas hoje é obrigatório fazer lombas com o raio de inclinação determinado pela direção geral de viação, porque senão há problemas com os condutores, com os veículos e com as seguradoras, e estamos a falar de uma lomba à descida de um viaduto. Dir-me-ão ainda se justifica mais, todos os pareceres técnicos que temos há vários anos e o Sr. Manuel Teixeira referiu e bem, porque eu conheço o assunto, são no sentido de não colocar lombas e antes ir fazendo aquilo que já foi feito, mas que possivelmente está a precisar porque vai-se desgastando, que são as chamadas bandas cromáticas, que são também redutoras de velocidade e avisadoras, sendo que há bandas cromáticas com meio centímetro e há bandas cromáticas com 1 centímetro que é para fazer mais barulho e obrigar o condutor a circular mais lentamente. Nós não queremos incorrer em qualquer inconformidade nestas matérias, quando é possível fazer lombas fazemo-las, ali temos dúvidas que a lomba venha a ser construída, mas a Sra. vereadora Adília vai tomar nota, se não for possível a lomba as bandas cromáticas têm de ser daquelas mais ruidosas e para quem conhece bem o nosso território há bandas cromáticas que enfeitam a estrada e depois há outras que obrigam mesmo a andar devagar e chamo a atenção para quem conhece as questão junto à escola do Lau. Aí toda a gente quer arrancar as bandas cromáticas porque elas são piores que as lombas, porque os carros parece que se partem com aquela trepidação.

Em resposta ao Sr. Sérgio Manuel Costa (2.), o Sr. Presidente esclarece:

Quanto aos esgotos

A avenida começa na Lagoinha e encontra-se alcatroada e infraestruturada até ao limite do perímetro urbano. O restante encontra-se numa zona rural de edificação dispersa e com arruamentos ditos públicos.

A questão que se coloca é que os esgotos têm que ir para emissários e os emissários não andam às voltas pelas ruas das pessoas. Para melhor compreensão compara os emissários a uma autoestrada, sendo que é necessário existir uma rede em baixa, da responsabilidade dos municípios, para permitir a ligação aos emissários. Essa ligação só se concretiza desde que haja densidade suficiente para tornar o investimento reembolsável ao fim de vinte anos. Acontece que esse prazo é escasso para que esse reembolso se concretize.

Realça que, fruto da tradição de emparcelamento do território de Palmela, ocorrida desde o século XIX, existem muitas vias. Depois do «25 de Abril» foram abertas outras tantas mais, ao ponto que existem pessoas hoje a reclamar que o terreno lhes pertence.

Assim, facilmente se compreende que há zonas do território que vão ter que ficar sem o sistema de esgotos, porque tecnicamente e financeiramente não é possível. Para se compreender melhor os montantes envolvidos informa que uma rede em baixa e uma estação elevatória facilmente atinge os 500.000 € (quinhentos mil euros) e mesmo que as pessoas afirmem que estão dispostas a pagar mais na tarifa fixa, isso não é reembolsável.

Quanto à rede de água

A Sra. Vereadora vai solicitar o estudo do prolongamento da rede nessa via até ao limite da zona mais povoada. O Município tem todo o interesse em que as pessoas se encontrem ligadas, porque só assim é que elas pagam pelos resíduos que produzem. De outra forma as pessoas produzem resíduos mas não pagam rigorosamente nada, sobrecarregando os demais pagantes.

Quanto ao asfaltamento

Destaca que o Município tem o levantamento dos aceiros que são estruturantes e que mais pessoas servem. Acontece que nem sempre é aquele que mais residentes possui.

Relembra que em setembro de 2013 a Maioria em Exercício assumiu um compromisso e divulgou o nome daqueles que iriam ser asfaltados primeiro, porque o dinheiro não abunda e os Orçamentos da Câmara são mais pequenos do que eram há uns anos atrás. O que se encontrava no compromisso eleitoral foi transportado para o plano de trabalho e está a ser cumprido. Não obstante, têm sido concretizados mais investimentos do que aqueles que inicialmente foram divulgados, pois têm entrado no âmbito das discussões do Orçamento Participativo – como exemplo menciona uma pequena rua em Fernando Pó e uma outra na zona industrial de Vila Amélia. Para setembro próximo encontra-se previsto o prolongamento da Rua 5 de Outubro, no Bairro do Pinheiro Grande, e uma outra no Lau.

Sublinha que na terceira semana de setembro vai ocorrer uma sessão do Orçamento Participativo na sede da Junta de Freguesia onde serão discutidas as prioridades do Pinhal Novo e, nessa altura, o Município terá orçamentado 300-400 m do troço da Marechal Gomes da Costa. Por questões financeiras é impossível proceder ao asfaltamento de dois ou três quilómetros, mas pode ser contratualizado por fases, porque em bom rigor por vezes bastam quatrocentos metros, precisamente onde as pessoas residem e onde os incómodos são maiores.

Na sequência da informação anterior, solicita a colaboração dos munícipes no que à cedência de terrenos e reperfilamento da via diz respeito, porque em certas zonas se nada se fizer a água danificará muito rapidamente o alcatrão por falta de escoamento.

Quanto à iluminação pública

Destaca que também já tinha reparado nas luminárias que se encontram no eixo da entrada do Vale do Alecrim, luminárias essas que já deveriam ter sido substituídas até 2013 pela EDP - Energias de Portugal, S.A., porque muito provavelmente ainda possuem lâmpadas de mercúrio.

O assunto foi devidamente anotado pelo Sr. Vereador do Pelouro.

Quanto à falta de potência elétrica

A EDP celebrou contratos com os clientes e se o Posto de Transformação de Eletricidade (PT) não possui potência suficiente, é sua responsabilidade aumentá-la.

Sobre a rua que diz ter sido expropriada para esse efeito lá está, isto agora começa a fazer sentido, mas foi expropriado pela Simarsul ou pela câmara, vamos ver, temos de ter documentos disso, o caminho daquilo que conheço não é público, não é nosso, mas se foi expropriado terá sido pela Simarsul mas se tiver vindo à posse da câmara é público e nós vamos ter de atribuir toponímia, vamos estudar isso, o Sr. vereador também vai ver essa questão.

Em resposta ao Sr. Joaquim Moço (3.), o Sr. Presidente presta os seguintes esclarecimentos:

Quanto aos esgotos

O Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) do qual Palmela era acionista minoritário e cliente/pagador, era responsável pelos emissários e depois a rede em baixa ia sendo feita pelo Município. Não obstante, só se justifica fazer a rede onde ela é sobretudo gravítica porque não requer sistemas de eletrobombas, eletricidade e rede dupla, ou seja, as estações elevatórias.

De 2008 a 2010 efetuaram-se estudos e fez-se o levantamento das zonas que podiam ir graviticamente, sobretudo para o emissário da SIMARSUL. Acontece que as zonas mais

periféricas ao emissário necessitam todas de funcionar com estação elevatória. O assunto necessita de ser estudado tecnicamente para se aferir se o número de pessoas que se pretende servir justifica o investimento.

Felizmente que essa não tem sido a lógica que tem norteado os investimentos do Município. Como exemplo destaca o investimento realizado na rede de água em Poceirão, onde após um abaixo-assinado, foi feito um investimento de 90.000 € (noventa mil euros) e só se ligaram seis pessoas. O semelhante aconteceu o mesmo na Palhota e Lagoa da Palha, onde estava previsto que trezentos e oitenta fogos se ligassem, mas não se chegou ainda a atingir os 50%.

É certo que a lei obriga as pessoas a ligarem-se, mas sabe-se que existem municípios que, por motivos diversos, não o conseguem fazer – porque as casas têm as redes prediais feitas de outra forma, ou porque possuem fossas para o quintal, ou porque estão mais baixas em virtude dos terrenos serem antigos. Logicamente que o Município não vai multar essas pessoas, mas é preciso compreender que de outra forma não é possível fazer esses investimentos.

Por outro lado, existe a lógica dos financiamentos ambientais, comunitários e outros, para essas redes. Ao invés de apoiarem essas zonas que são dispersas é precisamente o contrário; só apoiam as que são rentáveis. É a lógica do mercado. A competência do saneamento e dos resíduos está prestes a ser «roubada» às Autarquias, porque os acionistas privados só fazem visando o lucro. Acontece que o Município mesmo tendo “prejuízo” continua a estender a rede.

Isso não significa que não se façam estudos, porque pretende-se que as coisas funcionem bem porque, caso contrário, é insustentável e rapidamente a Autarquia fica insolvente. Palmela não quer deixar de ser o Município da Área Metropolitana de Lisboa que possui a água, o saneamento e os resíduos mais baratos. Trata-se de uma opção política porque as famílias não podem também pagar mais.

Quanto à rede viária

O Sr. Presidente aproveita para informar e sublinha que o concelho possui 465 km², 70 km de autoestradas, 87 km de estradas nacionais e 936 km de vias consideradas municipais, sendo que 416 km encontram-se alcatroadas, estando por asfaltar 520 km.

Considera pertinente partilhar esses números porque há muitos concelhos com os quais comparam Palmela mas que não chegam a ter 416 km de estradas alcatroadas. Aliás, alguns nem possuem sequer esses quilómetros de estradas.

No corrente mandato já se procedeu ao asfaltamento de mais vias do que nos últimos mandatos, e espera ultrapassar o que consta do Plano de Mandato. O ano de 2014 correu para além das expectativas. Havia dúvidas se seria possível realizar coisas novas, mas isso foi um facto. O Município concretizou coisas para além do Plano, privilegiando a rede viária. As repavimentações vão se fazendo aos poucos, porque com os recursos atualmente disponíveis não se consegue ir a todo o lado.

No Aceiro das Sapatarias o Município remodelou a rede de água e em virtude da via já possuir saneamento, vão ser feitos ramais para os lotes que ainda não possuem construções, salvaguardando-se assim o futuro. Todavia, como se compreende não é possível a colocação de esgotos no Aceiro dos Arraiados. Não obstante, não considera que as pessoas queiram estar mais dez anos à espera de ter pavimento por causa dos esgotos, tanto mais que aquela via é estruturante.

No Aceiro dos Arraiados está prevista a pavimentação, a consolidação de bermas em terreno natural e atravessamentos hidráulicos.

Quanto à rede de água

Em matéria de água o que houver a renovar será renovado, pese embora não esteja previsto porque o Município tem conhecimento do tipo de material utilizado - fibrocimento ou Polietileno de Alta Densidade (PEAD) - e os anos da rede.

A questão dos atravessamentos da rede de água infelizmente não podem ser utilizados, como é expetável, porque foram feitos em outros tempos e as redes de água hoje, fruto do desenvolvimento das tecnologias, são bem diferentes. Todavia, o que é possível aproveitar é utilizado, mas sempre que não for nem económica nem tecnicamente rentável, opta-se por fazer de novo, rápido e bem feito.

Relativamente à questão da EM (Estrada Municipal) 575 a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que os serviços realizaram uma análise sumária, onde se conclui que tecnicamente existem duas soluções, pelo menos em abstrato: a ligação gravítica ou a estação elevatória. A segunda opção obviamente é muito mais onerosa, no mínimo três a quatro vezes mais, comparativamente com a primeira solução.

A primeira solução dificilmente será operacionalizada atendendo que a localização, quer do coletor do Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL), quer da rede em baixa implica o atravessamento da linha de caminho de ferro e esse atravessamento implica profundidades muito grandes de proteção às infraestruturas da CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

Em suma, para que se possa decidir por uma ou outra opção, será necessário proceder ao levantamento topográfico para se aferir qual a solução mais viável. A expectativa é que seja a primeira porque é aquela que financeiramente é mais barata.

O **Sr. Presidente** reafirma a necessidade dos levantamentos topográficos. Depois há que encontrar um local mais baixo que recolha as várias ramificações para depois ser bombeado para uma zona mais elevada (cruzamento com a Av. da Herdade) para depois descer pela Rua da Lagoa da Palha (junto ao Grupo Desportivo) até ao emissário. Todavia é imprescindível a realização desse estudo para se perceber quantas pessoas é que podem ser ligadas para tornar esse investimento técnica e financeiramente exequível. Espera que com as explicações

apresentadas se compreenda por que razão às vezes existem esgotos numa rua e não numa outra logo ao lado.

O Município possui investimentos feitos e tem interesse em ter o maior número de pessoas ligadas. Enquanto era Vereador essa questão esteve a ser estudada, mas na altura não era viável. Espera que havendo a perspetiva da ligação de mais pessoas que a obra avance.

O Sr. na câmara tem direito a uma fatura, com os serviços de despejo de fossas da câmara aquilo que vai despejar paga ao metro cúbico como quem tem esgoto na sua casa e paga ao metro cúbico à Simarsul. Vamos à ETAR eles medem à entrada da ETAR e nós hoje pagamos pelo caudalímetro. Falámos no mandato anterior, eu fiz uma grande guerra sobre isso, já não estamos a pagar por estimativa à Simarsul, passámos a pagar por metro cúbico e poupámos só num ano 300 000€, é que o problema é que esses particulares possivelmente não pagando impostos ainda vão às caixas da câmara, sem autorização, despejar enquanto os funcionários que trabalham na câmara fazem as coisas como deve ser e as empresas porque nós temos empresas a trabalhar para nós também, pagam à câmara uma mensalidade para poderem utilizar o sistema de esgotos. Esta questão do vender barato, mas cada um compra a quem quer, não exigem fatura hoje, eu exijo fatura porque não sou adepto de um estado pidesco de andarmos a perseguir-nos uns aos outros, mas como pago muitos impostos e ainda bem, não me importava de pagar mais, desde que fosse bem servido acho que todos temos de pagar porque o problema neste país é que há muita gente que não paga, mas também não são estes pequenos que me incomodam são outros, mas fica a resposta porque hoje de facto o problema nem é o preço, até temos Freguesias que trabalham por protocolo connosco que fazem mais barato que a câmara, quem quiser recorrer a essas Juntas também pode recorrer, não é essa a questão, a questão às vezes até é o tempo de resposta, são os procedimentos, é ir pagar, é ir ao atendimento, ainda bem que há liberdade de escolha quem quiser ir ao mais barato vai, não sei se é o ambientalmente mais sustentável, voltaremos a falar.

Em resposta ao Sr. João Marques (4.), o Sr. Presidente informa que o Município realizou a obra na estação onde investiu dois terços do valor, cabendo à Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. (REFER) o restante terço.

O Município tem vindo a insistir por escrito desde abril passado, sendo que à última mensagem eletrónica nem sequer se dignaram a responder. Foi exigido que a Câmara apresentasse o que está pensado para os espaços exteriores, e isso foi feito. Trata-se de algo que está em concurso e assim que for adjudicado é concretizado em três semanas.

Resta ao Município continuar a dialogar com a empresa denominada Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.) - fusão entre a REFER e a EP - Estradas de Portugal, S.A. - e lamenta profundamente que a obra esteja concluída e não poder servir as pessoas, porque em bom

rigor os espaços não estão bonitos e não estão terminados mas a acessibilidade está garantida. Não compreende por que razão o portão não é aberto.

Quanto à iluminação do viaduto

Alude que conhece o responsável referenciado e que o mesmo não foi honesto, porque o viaduto é da responsabilidade da atual IP, S.A., porquanto o Município ainda não rececionou nenhum. Aliás, enquanto ele continuar «todo partido e mal feito», não é rececionado. Só será rececionado nas devidas condições ou a IP, S.A. conceder verba ao Município para proceder aos arranjos necessários. Inicialmente, o montante cifrava-se em 550.000 € (quinhentos e cinquenta mil euros) e baixou para os 150.000 € (cento e cinquenta mil euros).

Quanto às bermas da Estrada Municipal (EM) 575

Este assunto também faz parte do pacote de negociações com a IP, S.A., mas como outras coisas, há um momento em que o Município decide avançar. Como exemplo menciona o parque de estacionamento na zona sul da estação de Pinhal Novo. A atual IP, S.A. tinha a responsabilidade de o concretizar, mas não só não o faz, como não pretende participar em nada. Todavia, o compromisso da então REFER era a criação de trezentos lugares de estacionamento, mas só reabilitou os lugares existentes junto à antiga estação e fez quatro lugares para táxis. Todos os outros existem porque foi um investimento do Município. Agora vêm dar o dito pelo não dito. Todavia, em 2016, o Município vai avançar com os arranjos daquela zona.

Informa que quanto ao calcetamento do troço da berma da EM 575 desde o viaduto até à Extensão do Centro de Saúde, o Município possui Orçamento, mas é superior ao montante que a Câmara dispõe para o ano inteiro para esse tipo de intervenção. Não obstante, pretende que até ao final do mandato essa situação fique resolvida.

Em resposta à Sra. Sandra Moço (5.), o Sr. Vereador Adilo Costa realça que em relação ao parque escolar, felizmente o Município teve a oportunidade, a tempo e horas, de fazer escolas novas e de reabilitar muitas outras. Todavia, muita coisa há para fazer até porque novas necessidades vão aparecendo.

Em relação à Escola Básica Salgueiro Maia já foram realizadas várias reuniões de trabalho e efetuadas diversas visitas. O Município interveio, em conjunto com a Junta de Freguesia, no logradouro da escola e tem-se consciência que a pala não resolve na totalidade o ensombramento da escola mas o problema foi identificado e está a ser trabalhado. Todavia, a emergência é a abertura de vão para ventilação natural nas salas do Pré-escolar. Vão ser realizadas também algumas correções no pavimento e a subida do muro do logradouro junto ao refeitório.

A questão da eficiência energética aumentou em 20% o preço das escolas e não resolve de todo as questões num país com um clima atlântico-mediterrânico e que, provavelmente, não necessitava de tanto rigor legislativo.

O Jardim de Infância de Vale da Vila possui dois telheiros e até por instâncias dos encarregados de educação foi colocado um toldo. Um dos telheiros já possui uma tela de descer, pois a principal preocupação é a chuva. O que está por concluir a colocação de outra tela num outro telheiro e efetuar uma passadeira de ligação entre o edifício principal e o refeitório.

No local onde se encontra o equipamento lúdico não vai ser colocado nenhum toldo porque assim sendo a escola ficaria toda coberta e não é isso que se pretende. O que o Município acautelou foi a questão do escoamento das águas, evitando-se a formação de poças.

O **Sr. Presidente** acrescenta que as questões estão diagnosticadas. A Escola Salgueiro Maia, do ponto de vista arquitetónico, é um edifício de referência e melhorou em muito as condições. Mas em termos legislativos está a ser exigido uma série de coisas como, por exemplo, o AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado). Considera tratar-se de «modernices» incompreensíveis tendo em conta o clima de Portugal, pois exige-se que os edifícios têm que estar com as janelas encerradas, contribuindo dessa forma para um aumento considerável das despesas energéticas, pois os AVAC estão sempre ligados.

Nos últimos anos essa questão ganhou outra acuidade com a exposição das janelas das salas do Pré-Escolar a nascente, pois recebem os raios solares durante o período da manhã.

Esse assunto foi debatido com o agrupamento e com os pais, tendo-se decidido pela abertura de uns vãos nas janelas. Assim sendo, as janelas vão ser alteradas para poder entrar ventilação natural.

A questão do ensombramento é mais recente, mas vai ser objeto de análise numa reunião que decorrerá amanhã com os serviços. Na Escola do Vale da Vila também está a ser estudada a possibilidade de colocação de uma rede. A verdade é que existem escolas que precisam ser objeto de profundas remodelações. Estão previstos investimentos nessa escola - em parceria com a Junta de Freguesia que tem sido incansável, sendo que é das melhores a dar resposta nessa área -, nomeadamente as questões dos esgotos, em virtude dos problemas existentes com as raízes das árvores, a colocação de alguns telheiros, a alteração das janelas (contribuindo para outro conforto térmico) e a vedação.

Conclui dando a garantia que aquela escola vai ser requalificada, iniciando-se alguns trabalhos ainda no decurso do corrente ano e terminando em 2016.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE PINHAL NOVO

O **Sr. Presidente** menciona que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana dedicada à freguesia de Pinhal Novo decorre de 29 de junho a 3 de julho. Na continuidade passa a referir:

Dia 30 de junho (terça-feira) foi realizada visita à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Pinhal Novo – Zeca Afonso (UCSP Praça Ultramar) e à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Pinhal Novo - Guerra Junqueiro (UCSP Guerra Junqueiro).

Constatou-se que na UCSP Guerra Junqueiro, 87,6% dos utentes não têm médico de família. Para além disso, não existem condições mínimas de funcionamento, porque o edifício não está vocacionado para tal, havendo graves lacunas do ponto de vista da acessibilidade e da mobilidade. A equipa é constituída, neste momento, por dois médicos residentes que fazem saúde infantil, adulta e familiar e dois enfermeiros. Todavia também prestam serviço parcial nos Olhos de Água, Bairro dos Marinheiros e Quinta do Anjo.

Na UCSP da rua Zeca Afonso as respostas também são claramente insuficientes para responder às necessidades do maior núcleo urbano do concelho. Várias diligências têm sido feitas pelo Município junto da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT) tendo em vista protocolar o início das obras de uma Unidade de Saúde Familiar na zona sul do Pinhal Novo, em terreno que o Município já escriturou para o efeito desde 2008. Espera rececionar uma proposta de protocolo antes das eleições.

Algo que também tem sido motivo de preocupação por parte dos profissionais de saúde e dos funcionários são os problemas interpessoais com os cidadãos. Essa situação tem-se agravado, pois é uma consequência existente nas zonas com forte pressão demográfica e onde há muitas dificuldades de resposta. Os cidadãos desesperam por uma consulta e por meios auxiliares de diagnóstico. Os problemas têm-se avolumado de tal maneira que qualquer dia ninguém quer trabalhar nessas UCSP. A relação é difícil, e as pessoas que lá trabalham são poucas, mas estão a fazer mais do que aquilo que podem. Fazem o seu melhor; profissionalmente não há razões de queixa.

No período da tarde realizou-se uma excelente reunião de trabalho entre os Executivos da Câmara e da Junta de Freguesia, tendo-se abordado as seguintes questões: manutenção e limpeza de espaços públicos, melhoria da rede viária, remodelação de espaço de jogo e recreio, entre outras.

Seguiu-se depois uma reunião com a Confraria Gastronómica da Sopa Caramela (CGSC) que tem prevista para 2016 a primeira edição do denominado Mercado Caramelo, um mercado à moda antiga cujo objetivo é reanimar a célebre Feira de Maio mas à moda de 1875.

À noite realizou-se uma reunião com os moradores do loteamento da Cascalheira que decorreu na sede da Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira. A reunião foi

muito bem participada, com vários casais jovens interessados em participar e colocarem as suas questões. O loteamento encontra-se inacabado em matéria de espaços exteriores, e deu-se conta das diligências processuais que o Município vai desenvolver para tomar posse administrativa, acionar garantias bancárias e concluir aqueles espaços exteriores.

As soluções para os espaços exteriores foram amplamente discutidas com os moradores, sendo que poderá ser realizado um projeto diferente daquele que foi aprovado na operação de loteamento e que vá ao encontro das questões que hoje as pessoas colocam e que muito provavelmente no ano 2000 ninguém se lembrava. Existem novas necessidades. Por exemplo, há quem goste de uma pequena horta urbana, há quem prefira outro tipo de equipamento que não um parque infantil.

As opiniões foram recolhidas e o projeto que se encontra a ser desenvolvido será apresentado aos moradores em dezembro próximo. Esse foi pelo menos o compromisso assumido.

Dia 1 de julho (quarta-feira), no período da manhã procedeu-se à visita da empresa ISPT – Injeção e Serigrafia de Plásticos Técnicos, Lda. Trata-se de uma empresa que se passa por ela todos os dias e nem se percebe que têm setenta trabalhadores e que está a exportar. A empresa produz um copo, denominado *NotFragil*, que não se parte de maneira nenhuma.

Visitou-se também a empresa CONCREMAT – Prefabricação e Obras Gerais, S.A. que se encontra no território desde 1986/1988 e que continua a crescer e a proporcionar emprego.

O Município tem estado a trabalhar com as empresas referenciadas no processo de alterações ao Plano Diretor Municipal (PDM), no intuito de se aproveitar a oportunidade do regime excecional de regularização para alguns setores de atividade. O objetivo é que as empresas possam beneficiar desse período de transição ou, em alternativa, ficarem com o licenciamento condicionado pelo Ministério da Economia e do Emprego até à alteração do PDM, evitando-se desse modo a inconformidade.

A CONCREMAT é uma empresa com o Estatuto PME Excelência (Pequena e Média Empresa) e emprega, direta ou indiretamente, cento e sessenta pessoas. A empresa sofreu com a crise, mas conseguiu redefinir alguns mercados e felizmente está numa fase de expansão. É esse o motivo que faz com que a Câmara Municipal continue a ser pressionada para alterar alguns aspetos do ordenamento do território na zona onde se encontra sediada a empresa.

Procedeu-se à visita da Praceta João Coelho Possante que tem um logradouro privado que se encontra por tratar há anos. Os moradores através do Projeto '(A) Gente do Bairro' pretendem pintar os bancos e remodelar os espaços, processo que encontra-se em curso. O problemático era a propriedade daquele lote porque pretendia-se fazer uma nova bolsa de estacionamento e outros arranjos de espaços exteriores.

Aproveita para informar que após cinco anos de negociações, o Município chegou a acordo com a empresa proprietária para adquirir aquele lote comercial no centro da praceta. Seguir-se-á

depois a elaboração do projeto de requalificação, a sua apresentação aos moradores e a inclusão em Plano e Orçamento para os anos seguintes.

Visitou-se também as obras de passadeiras acessíveis que estão a ser realizadas na Alameda Alexandre Herculano, e a Urbanização Nogueira e Matos onde estão a decorrer obras de remodelação e beneficiação do espaço de jogo e recreio em parceria com a Junta de Freguesia.

Na continuação visitou-se as obras de remodelação do espaço de jogo e recreio que a Junta de Freguesia está a levar a cabo nas traseiras da Escola da Lagoa da Palha. O Município também foi envolvido no projeto e suportará os custos da pavimentação do polidesportivo. É um espaço pequenino mas ficará requalificado beneficiando as crianças da escola e da zona. Destaca que na altura era quase meio-dia e o espaço estava cheio de crianças a brincar.

No seguimento constatou-se o andamento das obras no Aceiro das Sapatarias. Trata-se da pavimentação de um troço com 680 m e alguma beneficiação da conduta de abastecimento de água, sempre que isso é exequível. Essa intervenção beneficiará diretamente cento e quarenta pessoas na zona, encontrando-se prevista a conclusão da obra para fins de agosto.

Os espaços exteriores da Urbanização Quinta de Matos também mereceram uma visita. No local encontra-se um polidesportivo quando deveria estar um espaço verde, pois era isso que estava previsto na operação de loteamento. O assunto tem sido discutido com a população residente e percebe-se que não pretendem mais espaços verdes porque já possuem um na praça ao lado (Praça Ferreira da Costa). O que está a ser reclamado é a remodelação do polidesportivo e que se acabe com os matos que se encontram em redor. Aproveitou-se a ocasião para analisar o estudo prévio pensado para o local.

Essa é mais uma situação em que o Município terá de acionar a garantia bancária para que possa terminar os espaços exteriores. Trata-se de uma solução que não vai dar grande trabalho de conservação e mantém o espaço desportivo, conforme defendem os residentes.

Análise semelhante foi realizada ao estudo prévio do espaço junto à entrada sul da estação de caminho de ferro. E em boa hora isso foi feito porque no local descobre-se sempre qualquer coisa que precisa ser retificado. Assim, os serviços vão proceder à reformulação e elaborar o projeto que deverá estar concluído até final do ano. Trata-se de uma obra que já está em Plano e tem orçamento para 2016.

Dia 2 de julho (quinta-feira), encontra-se prevista a realização de reuniões para análise de questões relacionadas com a Educação, Planeamento e Obras.

Serão igualmente renovados os contratos com os/as hortelãos/ãs da Horta Comunitária de Pinhal Novo.

Dia 3 de julho (sexta-feira), a manhã será dedicada aos atendimentos por parte de todos/as os/as Srs./Sras. Vereadores/as com pelouros e decorrerão no Mercado Municipal de Pinhal Novo.

Às 15h30 decorrerá uma conferência de imprensa no Centro de Recursos para a Juventude e às 19 horas dar-se-á início ao tão desejado Festival Internacional de Gigantes (FIG), evento de referência europeu, que esteve suspenso durante alguns anos, e que contará com grupos de vários países.

Informações / Assuntos diversos:

• **Empreitada de “Pavimentação do Aceiro dos Arraiados”** – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que a abertura de concurso público para a obra de pavimentação do aceiro dos Arraiados, prevista nas Grandes Opções do Plano para 2015-2016.

A empreitada tem um valor base de 250.000 € (duzentos e cinquenta mil euros) e um prazo de execução de cento e vinte dias e consiste na pavimentação de 2.230 m, melhorando-se a segurança e comodidade da circulação e a execução ou correção de quatro aquedutos.

O Aceiro dos Arraiados desenvolve-se entre a Estrada Municipal (EM) 575 (Rua do Trabalhador Rural) e o Aceiro do Costa e tem visto o tráfego aumentado.

Na mesma zona está em curso a obra de pavimentação do Aceiro das Sapatarias, com um custo de cerca de 85.000 € (oitenta e cinco mil euros) e um prazo de execução de oitenta dias, assim como a execução de uma conduta de abastecimento de água.

• **Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais** – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** informa que no corrente dia procedeu-se à abertura de propostas para construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela (CROA).

A obra custará cerca de 132.000 € (cento e trinta e dois mil euros) e tem um prazo de execução de cento e cinquenta dias a partir da data de consignação.

O CROA tem uma área de 237 m² e desenvolve-se em dois corpos. Um dos corpos inclui zonas de trabalho e destinadas ao público, como o Gabinete Veterinário, sala de atos médicos, sala de espera, zona de higienização, armazém entre outros espaços. No segundo corpo encontram-se as doze salas para os canídeos, com zona coberta e descoberta para recreio de verão, o gatil, maternidade, enfermaria, sala de quarentena e sala multiespécie.

Todas as salas para animais dispõem de bebedouros automáticos de nível constante, comedouros, ângulos arredondados, pendente adequada à correta higienização e demais características inerentes ao conforto e segurança dos animais e funcionalidade para os tratadores.

O CROA responde ao objetivo municipal de contribuir para o bem-estar animal e foi projetado de acordo com o Decreto-Lei n.º 260/2012.

- **Resultados desportivos** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa a informar alguns resultados desportivos alcançados por atletas do concelho.

Orientação

O Pinhalnovense Ricardo Ferreira, aluno da Escola Secundária de Pinhal Novo, em representação da Seleção Portuguesa de Orientação, alcançou o 6.º lugar na prova de Sprint, Escalão M18, no Campeonato da Europa de Jovens (EYOC'15), que se realizou em Cluj-Napoca, Roménia, entre os dias 25 e 28 de junho.

Na época passada Ricardo Ferreira tinha conseguido, na Macedónia, o título de Campeão da Europa no escalão M16, igualmente na prova de Sprint.

Portugal esteve representado no EYOC'15 com oito atletas (cinco masculinos e três femininos).

Atletismo

Decorreram entre 20 e 23 de junho, em Albufeira, as finais dos Campeonatos Nacionais Escolares de Iniciados – 2015, evento desportivo escolar que envolveu cerca de oitocentos atletas e que reuniu os vencedores dos Campeonatos Regionais de Atletismo, Badminton, Futsal e Voleibol.

No escalão de Iniciados Femininos Joana Branco, da Escola Secundária c/ 3.º CEB de Pinhal Novo, venceu a prova de 1 500 m e Patrícia Alminhas, da Escola Secundária c/ 3.º CEB de Palmela, venceu os 80 m.

BTT

A equipa de BTT do Grupo Desportivo da Volta da Pedra alcançou o segundo lugar por equipas, na 4.ª Prova da Taça de Portugal de XCO (*Cross Country*), realizada nos dias 20 e 21 de junho, em Ribeira de Pena.

Individualmente, os atletas do Grupo Desportivo da Volta da Pedra alcançaram classificações de destaque, entre eles, lugares no pódio, nomeadamente:

- Luís António (Master-50) - segundo lugar;
- Davide Marques (Master-30) - terceiro lugar;
- Davide Inácio (Master-40) - terceiro lugar;
- Kevin Oliveira (Júnior) - sétimo lugar;
- Pedro Ribeiro (Elite) – décimo sexto lugar.

- **26.ª Feira Comercial e Agrícola de Poceirão** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, nos dias 10 a 12 de julho, realiza-se a 26.ª Feira Comercial e Agrícola de Poceirão, a

grande mostra da freguesia de Poceirão e do mundo rural. Além da tradicional exposição agrícola e pecuária, o certame contempla os produtores de vinho da freguesia, uma mostra do associativismo cultural, desportivo e social, espaços culturais e de gastronomia.

À indispensável animação musical e desportiva, a organização associa, este ano, uma forte aposta na programação ligada ao mundo hípico, onde se integram o 1.º Encontro Hípico de Saltos de Obstáculos e o Dérbi de Atrelagem. Os mais pequenos têm a oportunidade de realizar os seus «batismos» equestres e de realizar passeios de charrete.

O Município é uma vez mais um parceiro estratégico dessa organização, apoiando a Feira com meios técnicos, logísticos e financeiros, destacando-se um subsídio de 4.000 € (quatro mil euros) e a aquisição de serviços para a execução das infraestruturas elétricas, no valor de 3.690 € (três mil seiscentos e noventa euros).

• **Fins de semana gastronómicos da fruta de Palmela / Concurso de compota de fruta** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que os Fins de Semana Gastronómicos da Fruta de Palmela estão de regresso entre os dias 10 a 12 e 17 a 19 de julho.

Durante os meses de verão, os campos da região de Palmela produzem uma grande variedade de frutas, como é o caso das ameixas, dos alperces, das peras, dos morangos, dos figos, dos pêssegos, das uvas e da Maçã Riscadinha de Palmela, que os estabelecimentos de restauração vão utilizar na confeção de pratos tradicionais e inovadores.

Com o objetivo de promover a versatilidade da fruta do concelho e de incentivar a criação de Pequenas e Médias Empresas (PME) nas áreas da gastronomia e doçaria, vai ser realizado, no dia 18 de julho, o Concurso de Compota de Fruta de Palmela que decorrerá na Casa Mãe da Rota de Vinhos.

Do painel do júri fazem parte representantes institucionais do Município, da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, da Confraria Gastronómica de Palmela e da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, bem como o vencedor da edição de 2014.

O programa “Palmela – Experiências com Sabor!” continua a criar experiências gastronómicas e a proporcionar motivos de visita ao território, promovendo os produtos locais de grande qualidade e contribuindo para o desenvolvimento turístico da região.

Constata-se um crescimento da adesão dos estabelecimentos de restauração a essa iniciativa. Por exemplo, no ano de 2013 aderiram quinze estabelecimentos; no ano seguinte dezoito e no corrente ano vinte e dois estabelecimentos que irão apresentar quarenta e seis propostas gastronómicas.

• **Férias no Museu – Verão 2015 – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** destaca que à semelhança do que aconteceu no período de férias letivas do Natal e da Páscoa, a Câmara Municipal desenvolveu uma proposta de animação de tempos livres para o verão e vai apresentar, pela primeira vez, o Programa “Profissões do Museu... mãos à obra!”.

Este programa visa dar a conhecer e a experimentar, de forma lúdica e através da experiência, algumas das profissões essenciais nos Museus, tais como Historiador/a de Arte, Arqueólogo/a, Antropólogo/a, Curador/a, Vigilante ou Animador/a.

As atividades decorrem entre 6 e 10 de julho para adolescentes com idades compreendidas entre os onze e os catorze anos, e de 20 a 24 de julho para crianças dos seis aos dez anos, sempre no horário das 9h30 às 17h00.

• **Programa Infantil de Verão 2015 – Rede Municipal de Bibliotecas Públicas – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** adianta que a Rede Municipal de Bibliotecas Públicas do Concelho de Palmela deu início hoje, dia 1 de julho, ao Programa Infantil de Verão 2015.

Trata-se de um programa recreativo, educativo e de lazer, a decorrer no período das férias de verão, nomeadamente, ao longo dos meses de julho e agosto. Através de um conjunto de atividades em torno dos contos de fadas – horas do conto, jogos dramáticos e de movimento, teatrinhos de fantoches, dança e ateliês de ilustração – com o objetivo de favorecer as expressões dramática e corporal, a criatividade e a imaginação infantil.

O programa está a ser dinamizado em toda a Rede das Bibliotecas Municipais e destina-se à faixa etária dos 4 aos 10 anos de idade, com participação gratuita, e insere-se nas políticas de apoio social às crianças e às famílias, no período de férias letivas.

• **8.º Festival Internacional de Gigantes (FIG) – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** comunica que, inicia-se na próxima sexta-feira, e decorre até domingo, na vila de Pinhal Novo, o 8.º FIG, Festival Internacional de Gigantes, considerado um dos grandes festivais de verão nacionais de cultura popular.

Participarão neste evento cerca de quinhentos artistas e diversas companhias e grupos nacionais e internacionais, em atividades desde o teatro de rua, marionetas, músicas do mundo, circo, dança, exposições, muitas atividades especialmente dedicadas ao público infantil.

O FIG representa uma aposta reforçada, este ano, no incentivo à produção pelos artistas e grupos locais, destacando-se a presença dos parceiros de organização – Bardoadá - o Grupo do Sarrafo, ATA (Ação Teatral Artimânia), Associação Juvenil COI e PIA (Projetos de Intervenção Artística) - mas também do Teatro O Bando, da DançaArte/Passos e Compassos, do Manuel

Amarelo, do Teatro Sem Dono, das Avozinhas e da Associação FIAR, da Leónia de Oliveira e da Batalha do Modesto Camelo Amarelo.

Nesta edição irá também realizar-se um Encontro sobre Cultura Popular, onde um grupo de gaiteras tradicionais promove uma conversa onde se pretende aprofundar esta expressão musical tradicional. Vai igualmente ser apresentada uma outra novidade, no caso, a maleta pedagógica “Gaita-de-Foles” – um novo recurso que estará à disposição da comunidade educativa do concelho, para divulgar e valorizar este instrumento musical e a sua importância na tradição musical portuguesa.

O Festival é organizado pelo Município de Palmela, em parceria com o Bardoadá – o Grupo do Sarrafo, o ATA – Ação Teatral Artimanha, a Associação Juvenil COI e a cooperativa PIA – Projetos de Intervenção Artística, num intenso trabalho que decorreu ao longo de 8 meses, e conta com o apoio da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, e com vários mecenas, que se associaram a este projeto, ao abrigo do programa “Mecenas de Palmela”.

• **Empreitada de “Execução do sistema elevatório do Bairro Mesquita”** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a empreitada irá garantir a recolha das águas residuais provenientes daquele bairro da freguesia de Pinhal Novo que já se encontra dotado de redes em baixa e respetivos ramais domiciliários.

O preço base do concurso é de 218.800 € (duzentos e dezoito mil e oitocentos euros) e a empreitada tem uma duração prevista de duzentos e quarenta dias, prevendo-se que a adjudicação ocorra durante o segundo semestre de 2015. A execução do sistema elevatório Bairro Mesquita permitirá a recolha, drenagem e tratamento de águas residuais provenientes das duas bacias de drenagem afluentes a este sistema elevatório, estendendo a cobertura a cerca de quinhentos/as munícipes desse aglomerado.

O sistema irá também receber uma ligação de águas residuais provenientes da rede em baixa do Município da Moita cuja construção está em curso por aquele município. A obra inclui a execução de uma estação elevatória, uma conduta elevatória com cerca de 290 m em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) e um emissário com cerca de 350 m.

A propósito desse tema, o **Sr. Presidente** acrescenta que o Município tem a rede em baixa construída desde 2005 e desde essa data tem aguardado que o Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) avançasse com a mesma.

O SIMARSUL lançou o concurso, mas com a sua extinção espera que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. concluam a obra.

Questões apresentadas pelos/as Srs./as Vereadores/as:

• **Reflexão sobre o território do concelho de Palmela – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** alega que volvidos quarenta e um anos após o «25 de Abril» ainda se continua a discutir as questões de água, saneamento e arruamentos. Essas são questões que em muitos municípios e territórios são direitos adquiridos há muitos anos.

A reflexão sobre o território tem que ser feita, não só pelos eleitos, mas também por quem habita o território. É certo que o território tem 464 km², um emparcelamento histórico *sui generis* e também depois do «25 de Abril», com o emparcelamento disperso em muitas zonas.

Trata-se de um território de carácter urbano, em algumas zonas, mas muito marcadamente rural e existem batalhas difíceis - e com isso não está a tomar uma posição contra ou a favor de ninguém -, mas considera que os problemas que se colocam ao território do concelho de Palmela são cada vez mais problemas que devem também ser muito refletidos pelas populações e pela maturidade das populações. Refere-se, mais concretamente, aos problemas que subsistem relativamente às dificuldades que tem vindo a ser criadas aos municípios relativamente à gestão dos resíduos. Exemplo disso foi a extinção do Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL).

Na sua opinião, ganhou-se em escala, mas tal facto pode implicar percas no território, pois quanto maior é o território a gerir mais difícil vai ser para os municípios e para as populações que a sua particularidade seja ouvida e atendida. O PS considera que quanto maior for a escala de administração e de conversação que os municípios tenham que ter para cima, mais difícil é a sua resolução. Por outro lado existem problemas de recolha de lixo, de asfaltamentos - que são de facto projetos para vários mandatos.

Quanto mais se aproxima do território, mais evidentes se tornam as suas carências. Assim é muito importante que coletivamente, quer o Município, quer as populações, tomem consciência das dificuldades existentes, para que em conjunto possam encontrar soluções. Logicamente que as responsabilidades de planeamento cabem à Maioria em Exercício. No decorrer da presente reunião, o Sr. Presidente já sublinhou que fruto dos Orçamentos Participativos algumas coisas até têm sido acrescentadas às Grandes Opções do Plano, o que não deixa de ser positivo.

Efetivamente essa participação constante - e é esse o sentido da sua intervenção -, quer nas reuniões do Orçamento Participativo, quer nas reuniões de Câmara descentralizadas, quer nas que não são descentralizadas, é muitíssimo importante, não só para reivindicar mas também para se perceber que se trata de um território particular, com problemas que podem não existir em outros municípios. Não obstante, o território tem muitas potencialidades, ainda que subsistam fragilidades no acesso das populações a serviços que são considerados básicos.

Por parte do PS existe uma compreensão dos problemas efetivos das populações sendo imprescindíveis mecanismos de diálogo que permitam a participação das pessoas, para que as mesmas possam ser devidamente esclarecidas das vicissitudes e das particularidades do território.

• **Moção (contra o desinvestimento da Administração Central nas CPCJ) – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** relembra que recentemente foi aprovado em reunião de Câmara uma Moção sobre a situação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). A situação é de facto periclitante.

No que à CPCJ Palmela diz respeito, realça que atualmente fruto da retirada de apoio do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) e de baixas prolongadas, está a funcionar apenas com duas pessoas. Tal situação está a ter enormes reflexos nos processos, com as consequências inerentes.

Solicita um ponto de situação relativamente ao Espaço Cidadão e esclarecimentos sobre a marcação dos percursos pedestres na Arrábida, pois até ao momento ainda não foi apresentada nenhuma informação.

• **Ano letivo – O Sr. Vereador António Braz** solicita esclarecimentos sobre se os toldos que vão ser instalados nas escolas básicas ficarão prontos a tempo de não prejudicar o ano letivo de 2015/2016.

• **Falta de segurança junto aos cemitérios – O Sr. Vereador António Braz** refere que está instalado um clima de insegurança junto dos cemitérios, pois várias pessoas têm sido vítimas de assaltos. Pergunta se existe a possibilidade de o Município fazer chegar essa informação às autoridades competentes para desse modo possa haver um reforço na vigilância.

• **Fase Charlie** (a Fase Charlie marca o início do período crítico de combate a incêndios florestais e decorre de 1 de julho a 30 de setembro de cada ano) – **O Sr. Vereador António Braz** sublinha que no corrente dia iniciou-se a fase “Charlie” do Dispositivo de Combate a Incêndios Florestais.

Questiona se existe uma vigilância mais objetiva do Município para fazer sentir às pessoas a necessidade de manterem limpos os baldios.

• **Calendário de atividades/eventos do concelho de Palmela – O Sr. Vereador Pedro Taleço** referindo-se ao site da câmara, menciona que consegue perceber 4 dias em julho nos CRJ de verão e as férias do museu, que o Sr. vereador Luís Calha acabou de falar noutra caixa. E o dançarte há de ter também. Em ponto algum nós podemos compilar num só calendário as respostas que a autarquia investiu em relação à atividade e à ocupação dos nossos jovens e crianças. Ainda não fez o exercício de juntar tudo para ver se dá um calendário minimamente ocupado para aquelas famílias que não podem usufruir de um período de férias e como tal seria esta a resposta pública mas que está configurada num programa que se chama ultraverão mas que infelizmente este ano por opção não esteve dotação para realizar atividades.

• **Limpeza da vala do Zé porco em pé (Cabeço Velhinho) – O Sr. Vereador Pedro Taleço** alude à reclamação que várias/os munícipes têm feito sobre a vegetação existente na vala conhecida como Vala do "Zé Porco em Pé", bem como a proliferação de mosquitos e insetos vários.

Tem conhecimento que existe um período para se proceder à limpeza e desinfestação das valas e que em 2016 encontra-se definido em Plano e Orçamento a realização da linha de água do Cabeço Velhinho, que com certeza resolverá a questão.

• **Reclamação apresentada na autarquia – O Sr. Vereador Pedro Taleço** relata uma situação que já mereceu a apresentação de uma reclamação junto do Município.

No lado sul de Pinhal Novo, entre a Rua 25 Abril e a Rua Maria Eduarda Ferreira, encontra-se a ser construído o Lar dos Ferroviários. Num espaço contíguo à obra, existe uma zona de loteamento de vivendas e um espaço público onde têm sido acumulados detritos da obra, papéis, cartões e bidões. Certamente que essa situação acontece não por opção da Autarquia, mas os responsáveis da obra têm de ser chamados à atenção para repor a ordem num espaço que é público.

• **Caixas de areia cheias de sujidade em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Pedro Taleço** faz uma chamada de atenção para uma urbanização existente entre a Rua Manuel Veríssimo e a Rua Salgueiro Maia, em Pinhal Novo, que pela sua configuração no centro tem uma espécie de pátio interior. Nesse local existe uma imensa caixa de areia que encontra-se cheia de detritos caninos e não tem, aparentemente, nenhuma outra função.

Desconhece se esse local é propriedade pública ou privada, mas atendendo que existem dispensadores de sacos para detritos caninos que não possuem sacos e que não estão vandalizados, aquela enorme caixa de areia serve apenas para os/as donos/as de canídeos

colocarem os animais a fazerem as suas necessidades fisiológicas, pois é impossível as crianças ali brincarem.

Certamente que o local tem sido periodicamente limpo, pois caso contrário a situação seria muito pior, mas a função primordial dos funcionários não é proceder a essa limpeza.

• **Rua Salgueiro Maia, em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que em frente à Rua Salgueiro Maia, em Pinhal Novo, existe um jardim que foi alvo de uma renovação e colocação de mobiliário urbano novo.

Nesse local constata-se que existe um acesso que apresenta um desnível. Trata-se de três lotes privados que as pessoas utilizam a seu belo prazer para aceder a um outro local, pois são visíveis diversos carreiros bem definidos que indiciam essa utilização. Trata-se daquelas situações em que impera a estética nacional não no seu melhor exemplo porque acaba por ficar numa zona absolutamente degradada.

Pergunta sobre se haverá uma solução para obviar a essa situação, pois considera que o Município sai manchado, pois aquilo mais parece uma obra inacabada, pese embora, a Câmara Municipal não tenha qualquer responsabilidade.

• **Zona das hortas comunitárias em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Pedro Taleço** alega que, com exceção das Hortas Comunitárias de Pinhal Novo, a zona está cheia de matos e de lixo. Existem canteiros que não sendo canteiros não têm razão de existir. Inclusive existe um depósito, que aparentemente, não tem qualquer utilização.

Lamenta porque aquela zona está qualificada, possui as Hortas Comunitárias e a própria intervenção acaba por ficar manchada porque toda aquela zona é um mato e local para acumulação de detritos vários.

Em jeito de provocação refere que até o cartaz com o girassol do Partido Ecologista “Os Verdes” que ali foi colocado a sorrir em frente às hortas, nesta altura já se encontra desfeito, pese embora esteja preso ao poste, onde se encontra um dispensador de sacos para dejetos caninos que se encontra vazio e ao abandono.

Estando previsto amanhã uma cerimónia naquele espaço, considera que esses pormenores podem ainda ser corrigidos, pelo menos o girassol pode ainda ser substituído.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

– **Reflexão sobre o território do concelho de Palmela** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** alude que, pese embora a Sra. Vereadora Natividade Coelho tenha afirmado que não era sua intenção enquadrar o assunto das infraestruturas nos assuntos que ainda hoje estão na ordem do dia no concelho de Palmela, a verdade é que pessoalmente não acredita que isso não tenha sido feito com sentido crítico. É sua convicção que, nas entrelinhas, a Sra. Vereadora pretendeu fazer passar alguma confusão sobre essa matéria.

Contudo, assegura que Lisboa também possui problemas desses e, no entanto, trata-se da capital do país. Caso assim o entenda pode acompanhar a Sra. Vereadora a alguns locais para que se possa ver que possuem problemas de infraestruturas. No entanto, escusa-se a entrar em comparações dessa natureza.

Tal como a Sra. Vereadora Natividade Coelho teve o cuidado de afirmar, os concelhos são diferentes e esses problemas não vão desaparecer do roteiro das preocupações das pessoas; vão continuar durante muitos anos e isso não significa que não tenham sido resolvidos muitos outros, nem significa que tenham que ser resolvidos todos.

Relembra que já teve a oportunidade de afirmar, com toda a coragem e honestidade política, que daqui a cinquenta anos o concelho continuará a ter aceiros e arruamentos sem água, e ainda bem que isso será uma realidade. Pessoalmente considera que os 920 km não são para asfaltar todos e quem o fizer cometerá um crime ambiental e um crime em termos de ordenamento do território. Em local nenhum do mundo se verifica a infraestruturação de todos os arruamentos que se encontram abertos.

Convida a consultar os índices de cobertura das infraestruturas e das respostas nessa área no sítio de *internet* da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), onde se pode constatar que Palmela tem uma cobertura no abastecimento de água de 97%, não obstante ter 465 km². Comparativamente, existem concelhos com 54 km² que possuem menos cobertura.

Quanto a outros indicadores refere que Palmela tem uma cobertura de saneamento de 81%, 99,5% de águas seguras e 100% de águas tratadas – logicamente aquelas que se encontram no sistema.

Relembra que esses dados são da responsabilidade da ERSAR, assim como os indicadores e as regras para o seu cálculo. A Câmara Municipal não tem qualquer intervenção na publicação dessa informação.

Há que se ter a consciência que Palmela assume-se como um concelho rural disperso, de serra, de espaços naturais e de espaços agrícolas. Por exemplo, no seu caso pessoal considera que não tem que ter saneamento no local onde vive. O Bairro Mesquita vai ter saneamento e fica ao

lado onde reside. Tratou-se de uma opção que fez e fê-lo consciente que em frente é Reserva Agrícola Nacional (RAN) e ao lado Reserva Ecológica Nacional (REN).

Considera impensável que os impostos de todos/as os/as munícipes do concelho de Palmela servissem para pagar os seus esgotos e o seu arruamento. A verdade é que só foi autorizado a construir com autoinfraestruturação, a exemplo de todas as pessoas no resto do concelho que pretendem viver no campo e têm direito no agroflorestal a ter a sua habitação. Não há qualquer problema nisso, desde que tenham a sua fossa séptica e o seu furo de captação de água.

Todavia, existem certas entidades que querem essas infraestruturas, mas que não as irão ter porquanto ao abrir-se novas frentes urbanas pode dar-se origem a pressões para novos clandestinos. Na sua opinião só o que se encontra consolidado (ou seja, aglomerados urbanos definidos no âmbito do Plano Diretor Municipal) é que urge infraestruturar. Exemplo disso são os núcleos existentes, por exemplo, na Lagoa da Palha e na Venda do Alcaide.

A título de exemplo, alega que a Avenida Marechal Gomes da Costa, em Vale do Alecrim, encontra-se infraestruturada (com água, saneamento, iluminação pública e alcatrão) em mais de 50% da sua extensão, precisamente a zona que se encontra delimitada no perímetro urbano. Fora do perímetro urbano não tem de estar.

Pese embora dê a sensação que o concelho se atrasou, a verdade é que o concelho tem estado na linha da frente em várias coisas ao mesmo tempo. A área da Educação também é uma aposta da Maioria em Exercício e tem merecido o acompanhamento do PS nessa aposta. A verdade é que Palmela possui um parque escolar de grande qualidade, sendo que essa qualidade, infelizmente, não seja generalizada. Não obstante, Palmela não é como os outros concelhos que possuem um centro escolar com três salas de Pré-Escolar e cinco ou seis salas de Primeiro Ciclo. Só na freguesia de Pinhal Novo a Câmara Municipal possui quatro centros escolares, com mais de trezentos alunos cada um.

Isso não significa que no futuro não se coloque a questão de ter que se discutir o encerramento de escolas, como por exemplo, a de Vale da Vila, Palhota, Batudes e Arraiados, optando-se por um centro escolar. Certamente que se acabava com vários problemas: falta de um telheiro numa, de um ginásio noutra, ou de um refeitório provisório. Mas a Maioria em Exercício considera que vale a pena manter esses equipamentos e proceder à sua requalificação, assim continuem a existir crianças, porque sem elas é impossível.

Considera que a opção do Município ajuda a criar outro enlace da comunidade em torno dos seus próprios equipamentos, por isso mesmo é normal que existam diferenças em alguns equipamentos, mas é inegável que foi feito um grande esforço, sendo que esse esforço felizmente para o concelho de Palmela está sempre incompleto - felizmente porque é sinal que o Município terá sempre muita coisa para fazer nas escolas pois possuirá crianças para as

ocupar; diferentemente de outros concelhos que investiram em piscinas, em centros escolares, em campos e complexos desportivos que presentemente se encontram encerrados.

Considera que não há problema nenhum de se continuar a ter essa discussão, e isso não significa que o concelho tenha indicadores inferiores aos outros, mas apenas que os problemas existem, vão sendo contratualizados e resolvidos. Espera que volvidos uns anos, existam mais quilómetros asfaltados, mais rede e mais utilizadores para os equipamentos.

Quanto ao Espaço Cidadão

A obra está praticamente concluída, mas não existe ainda uma data para a sua abertura. Recorda que existe o acordo para instalar no local a Junta de Freguesia de Palmela.

Quanto à marcação dos percursos pedestres na Arrábida

Informa que existe trabalho feito, nomeadamente roteiros definidos numa rota internacional. Essa marcação é realizada quando o Parque Natural da Arrábida assim o entender e quando estiver disponível o programa que financia a sinalética e a marcação.

Quando referenciou que se encontra no Plano não estava a referir-se ao Plano para o corrente ano; há de estar mais explicitado e só será aplicado quando vier o financiamento comunitário. Terá de ser equacionado a possibilidade de a concretização estar dependente de outros parceiros. Mas sobre o parceiro em causa falar-se-á na presente reunião aquando da apresentação de uma proposta que a Maioria em Exercício apresentará (vide PONTO 4 – Adesão à candidatura da Arrábida à Reserva da Biosfera).

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** acrescenta que o Sr. Presidente lê muito nas entrelinhas, mas não fica admirada porque isso está na «massa do sangue» em virtude da formação científica. Lamenta que o Sr. Presidente julgue que as suas intervenções sejam sempre para lançar confusão, mesmo que elas sejam bem-intencionadas.

_ **Ano letivo** (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** esclarece que os toldos ou telheiros que estão a ser montados são os que resultaram dos compromissos assumidos com a Comunidade Escolar. Na presente data, com a exceção do de Cabanas, que ficou propositadamente para o fim por uma questão de planeamento, todos os outros já se encontram montados.

Na sua opinião, a questão dos toldos passou a ser uma moda, porque antes ninguém pedia toldos. No entanto, considera que é um investimento que se justifica, mesmo quando estejam pensadas outras soluções, porque é bom que as crianças estejam no espaço exterior e que se possam proteger, quer do sol, quer da chuva, sem terem que estar enclausuradas nas salas.

A empreitada foi adjudicada no final de abril e até final de julho estará concluída.

_ **Falta de segurança junto aos cemitérios** (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** compromete-se a fazer chegar a informação à Guarda Nacional Republicana (GNR). Defende que se há incidentes, os mesmos devem ser registados, porque caso contrário ninguém tem conhecimento sobre esse tipo de criminalidade.

_ **Fase Charlie** (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** destaca que o trabalho de limpeza de bermas, baldios e terrenos devolutos nunca acaba. O Município faz o que lhe compete nas estradas municipais, mas como a brigada «salta» de um lado para o outro nem sempre se conclui o trabalho em toda a extensão das vias, ou seja, é feito por fases.

Aproveita para informar que esse trabalho vai ser feito por uma empresa no Parque Industrial de Vale do Alecrim e acrescenta que, por questões legais, a química a usar tem de ser especial, livre de fosfatos. O inverno foi intermitente com calor, chuva, calor e isso potencia o crescimento da vegetação, com a agravante que com a chuva não se pode aplicar a química.

Chama a atenção para o Relatório da Atividade Municipal para se verificar o número de quilómetros de capinação realizado, pese embora a avaria do trator capinador e muita adjudicação ao exterior que veio aumentar exponencialmente essa despesa. Muito provavelmente no corrente ano o número de quilómetros realizados será o dobro, aliás, seguindo a tendência de aumento nos últimos anos.

Quanto à Fiscalização destaca que é uma altura de grande atividade, coincidente com o aumento do número de notificações por parte do Jurídico. O Município não intervém nos terrenos particulares, nem deve fazê-lo, porque o trabalho é demasiado e compete aos particulares essa responsabilidade. Todas as situações perigosas e que são sinalizadas são objeto dos procedimentos de notificação nos termos da lei e só em última instância, quando há perigo atestado pela Proteção Civil, é que o Município se substitui aos particulares.

Termina por mencionar, que os trabalhos que estão a ser realizados na serra são todos os anos importantes e este ano em particular as dificuldades são acrescidas, porque a prioridade tem sido desbravar e desmatar os caminhos.

_ (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** agradece o grau de pormenor nas questões apresentadas porque é muito útil, um autêntico trabalho de fiscal municipal. Como foram tecidos comentários de natureza política, não se coibirá também de fazê-los.

Quanto ao Calendário de atividades/eventos do concelho de Palmela

Parece haver alguma obsessão, pois cada coisa que o Município faz nunca é suficiente. Mas faz-se muito com poucos recursos e com esforço e no global a oferta apresentada é variada e complementa-se pois é promovida pela Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, pelo Museu Municipal, pela Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda. e pela DançArte - Companhia residente no Cineteatro S. João.

A Maioria em Exercício, contrariamente ao que se pensa, não quer estatizar tudo – aliás, é impossível ter recursos para isso, mas caso o fizesse fechava toda a restante oferta, como a da Fundação COI e do Jardim de Infância “O Atelier Infantil”, só para mencionar algumas. O Município não pretende ter a exclusividade dessas atividades. O Município como entidade pública responsável e na lógica social promove alguns programas, mas não quer concorrer com os demais.

Pessoalmente não concorda quando se afirma que ‘tudo junto, se calhar, não dá em nada’, pois não corresponde à verdade, pois outras atividades são feitas com apoio do Município. Destaca que o de férias levado a cabo pela União das Freguesias de Poceirão e Marateca conta com o apoio do Município pois é-lhes concedido os autocarros do Município para o efeito.

Sugere que os comentários sejam feitos a posteriori, depois das atividades serem avaliadas por pais e crianças.

_ **Vala do Cabeço Velhinho** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** confirma que a regularização e limpeza da Vala do Cabeço Velhinho encontra-se prevista para o próximo ano.

Quanto à caixa de areia existente na urbanização existente entre a Rua Manuel Veríssimo e a Rua Salgueiro Maia, em Pinhal Novo

Sublinha que em tempos já foi um espaço relvado, mas a pedido dos moradores deixou de o ser porque houve necessidade de cortar a água porque passou a haver problemas de infiltrações nos prédios. O compromisso é refazer aquele espaço exterior.

Quanto aos dispensadores de sacos para dejetos caninos e à limpeza do espaço

Isso deverá ter que ser assegurado pelo Município, após a normalização dos constrangimentos relacionados com as Festas Populares de Pinhal Novo. Como se compreende, é evidente que fica um canto ou outro menos bem tratado, mas tudo está devidamente planeado ao longo de todo o ano, e não é só nas Semanas Descentralizadas que existe essa preocupação.

Quanto à questão dos três lotes

Informa que são privados e não se pode impedir as pessoas de passarem pelo local. Pessoalmente considera que é contraproducente exigir que os proprietários dos lotes os vedem. Isso não significa que não se possa exigir que os fenos sejam limpos, mas obrigar a fazer um

terreno rampeado para as pessoas puderem atravessar uma propriedade particular é impensável - as pessoas utilizam os lotes para cortarem caminho para chegarem ao espaço ajardinado.

Quanto aos detritos da obra

Refere que a obra é acompanhada e o impacto negativo que está a ter numa zona de canteiro será algo transitório porque no final da obra o canteiro há de ser refeito. Lembra que o sistema de rega foi vandalizado antes da obra começar e a iluminação pública chegou em tempos a estar desligada pelo mesmo motivo.

Garante que, quando a obra terminar, o empreiteiro da Associação dos Lares Ferroviários irá repor tudo, tal como já aconteceu recentemente com os passeios e entradas que foram danificados, mas que encontram-se em excelentes condições.

O Município está atento e procurará acompanhar os moradores que têm mostrado algumas reservas quanto ao assunto, sendo certo que o local ficará em melhores condições do que estava.

_ **CPCJ** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** refere que ainda hoje foi publicada legislação, mas que considera que não vai resolver nada porque não passa de uma Carta de Intenções do que o Governo pretende fazer. A novidade é a existência de um organismo que vai pagar a instituições que possuam técnicos para que possam trabalhar nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

No caso da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela se não fosse o Município a providenciar instalações e técnicos, muito provavelmente já tinha encerrado. O caso é grave porque se não existem técnicos na área da Educação e na área Social, e se o Instituto da Segurança Social, I.P. «foge», a situação agudiza-se. Lamenta não existir um mecanismo de substituição para resolver as situações de baixa médica prolongada.

_ **Ano letivo** (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** lembra que já foi assumido publicamente que o UltraVerão não se realizará no corrente ano, mas no próximo.

Em relação aos Centros de Recursos para a Juventude, a sua atividade não pode ser desvalorizada na medida que dinamizou todo um conjunto de projetos com jovens, como por exemplo, os trilhos pedestres na Arrábida.

No dia 4 de julho, em pleno Festival Internacional de Gigantes (FIG), vai ser apresentado o resultado de vários dias de oficinas de máscaras e de formas animadas.

Quanto à marcação dos percursos pedestres na Arrábida

Conforme expresso pelo Sr. Presidente, o Município não ficou parado e tem já referenciado um conjunto de percursos pedestres. Considera que é um grande contributo que será dado em relação à gestão da Arrábida.

Grande parte do Programa Municipal “Mexa-se em Palmela” encontra-se vocacionado para monopolizar a população para hábitos saudáveis e encontra-se voltado para a Arrábida. Esse programa, que faz dez anos, realizou, até dezembro de 2014, quinhentas e noventa e quatro atividades. São inúmeras atividades por ano que mobilizaram mais de meia centena de associações e parcerias. Para se ter uma ideia, cerca de trinta e um mil participantes têm andado pela Arrábida pela «mão» do Município. Agora urge qualificar.

Dentro de dias encontram-se previstas caminhadas, como por exemplo, uma caminhada desportiva à noite nas serras de Cabanas e de Quinta do Anjo. Recentemente foi realizada uma outra à Serra do Louro, São Francisco e Quinta do Anjo.

Empresas privadas como a SAL Sistemas de Ar Livre e a Experimenta Natura - Turismo de Natureza e Desportos de Aventura, Lda., assim como os Escuteiros e outros movimentos associativos juvenis também têm promovido a Arrábida mediante percursos pedestres identificados. Pessoalmente espera que essas atividades não sejam só na Arrábida mas que haja, pelo menos, um percurso pedestre no Centro Histórico de Palmela. No próximo fim de semana vai ser realizada uma caminhada no Poceirão.

Quanto à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Palmela

Passa a informar o seguinte:

- A situação de baixa prolongada é a do representante do Ministério da Educação e Ciência (MEC), sendo que o Conselho Municipal de Educação de Palmela já alertou o MEC dessa situação;
- O Ministério da Saúde é representado por uma enfermeira que apenas participa nas reuniões semanais, ou seja, não gere os processos e, por isso, urge uma maior e melhor participação.

A situação não pode persistir, pois é um esforço muito grande por parte da Câmara Municipal tentar gerir uma equipa tão pequena.

Conclui por realçar que existem municípios que ameaçam sair das CPCJ. Pessoalmente considera que essa não é a solução porque as crianças e jovens em risco necessitam desse acompanhamento.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e Sr.ª Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 17.06.2015 a 30.06.2015.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 15.06.2015 a 26.06.2015.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 17.06.2015 a 30.06.2015, no valor de 3.992.911,58 € (três milhões, novecentos e noventa e dois mil, novecentos e onze euros e cinquenta e oito centimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 30.06.2015, apresenta um saldo de 5.362.668,50 € (cinco milhões, trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito euros e cinquenta centimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 4.275.463,97 € (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e três euros e noventa e sete cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 1.087.204,53 € (um milhão, oitenta e sete mil, duzentos e quatro euros e cinquenta e três cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Regulamento Municipal sobre Horários de Funcionamento – Início do procedimento e participação procedimental.

PROPOSTA N.º DADO 01_14-15:

«Em 16 de janeiro de 2015 foi publicado em Diário da República, 1ª série, n.º 11, o Decreto-lei n.º 10/2015 que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR) e procede à alteração e revogação de outros diplomas legais.

Pretende o legislador com o referido diploma, entre outras medidas, harmonizar e sistematizar toda a legislação referente à atividade de comércio, serviços e restauração da área da Economia num único regime jurídico de acesso e exercício das referidas atividades, e, proceder à liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos e à descentralização da decisão de limitação de horários (cfr. al. a) do n.º 3 do artigo 1.º do D.L. n.º 10/2015).

Estabelece ainda esse diploma legal (Decreto-lei n.º 48/96, de 15 de maio) que assiste às câmaras municipais a faculdade de restringirem os períodos de funcionamento, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, em casos devidamente justificados (cfr. artigo 3.º do referido Decreto-lei, na redação conferida pelo Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro).

Com efeito, as Câmaras Municipais podem restringir os períodos de funcionamento, em regulamento municipal, atendendo a critérios relacionados com a segurança e proteção da qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, por um lado, impõe-se a intervenção do Município de Palmela, com vista à alteração do Regulamento Municipal que dispõe sobre a matéria dos horários de funcionamento dos estabelecimentos, adaptando-o às alterações legislativas recentes, por outro, essa alteração regulamentar deverá ter já em consideração uma ponderação dos interesses em presença, pugnando por uma solução equilibrada e proporcional.

Face à entrada do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, é necessário submeter previamente a deliberação do órgão executivo o início do procedimento do regulamento dos horários de funcionamento para posterior publicitação, em cumprimento do disposto no seu artigo 98.º.

De facto o órgão competente para a elaboração da proposta do regulamento é a Câmara Municipal face ao estatuído na al. k), n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-lei n.º 48/96, de 15 de maio, na redação conferida pelo Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

Neste circunstancialismo, importa assegurar que a elaboração do novo regulamento se traduza num processo participado e abrangente que permita soluções compatíveis com o novo regime legal, recolhendo a experiência obtida nos últimos anos e procurando um equilíbrio entre os vários interesses em causa.

Em face do exposto e ao abrigo das disposições legais supra indicadas e, em cumprimento e para efeitos do disposto no artigo 98.º do CPA, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela delibere:

- a) O início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessados e apresentação de contributos para a elaboração do regulamento;
- b) Determinar que podem constituir-se como interessados, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins;
- c) Que os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos até 10 dias após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio

eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 112.º do CPA;

- d) Que a constituição como interessados e os contributos devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Largo do Município – 2950-001 Palmela ou onde se efetue atendimento ao público ou por telefax ou correio eletrónico.»

Sobre a proposta de Regulamento Municipal sobre Horários de Funcionamento numerada DADO 01_14-15 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** questiona se os agentes económicos vão ser convidados a participar no início do procedimento. Em caso afirmativo, interroga como vai ser esse processo.

O **Sr. Presidente** remete a sua resposta para a alínea d) da proposta de deliberação. O Município possui um Regulamento, mas que face à nova legislação não se encontra enquadrado.

Anteriormente a prática era trazer uma proposta de regulamento a reunião de Câmara, a que se seguia uma consulta pública. Um conjunto de entidades representativas de vários setores eram convidadas a pronunciar-se e, para além disso, qualquer munícipe ou interessado/a podia, no âmbito da consulta, apresentar questões e propor alterações, por exemplo.

A presente proposta é algo completamente novo, pois ao invés de ser apresentado uma proposta de regulamento, é proposto um prazo para que todos os interessados, em primeiro lugar, se assumam como interessados e posteriormente façam chegar os seus contributos. Findo esse processo proceder-se-á à elaboração do respetivo regulamento que será apresentado aos competentes órgãos, iniciando-se novamente o processo.

Em suma, a nova legislação abre um período prévio para saber quem quer ser envolvido no processo. Tal facto prende-se com o novo Código do Procedimento Administrativo que recentemente entrou em vigor.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar da rede pública,

do concelho de Palmela – ano letivo 2015/2016: abertura de procedimento por ajuste direto.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_14-15:

«O concurso público efetuado em 2014 relativo ao "Fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de educação e ensino do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar da rede pública do concelho de Palmela para o ano letivo 2014/2015", previa no ponto 4 do caderno de encargos e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 27º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a possibilidade de se adotar o ajuste direto, no máximo por duas vezes e por períodos de 12 meses cada, desde que, estejamos perante uma adjudicação de serviços similares ao objeto do contrato inicial.

A prestação de serviços adjudicada no âmbito do concurso público foi assegurada pela empresa "ICA – Indústria e Comércio Alimentar, SA", tendo a mesma efetuado o serviço de acordo com as normas e procedimentos exigidos, nomeadamente ao nível da qualidade das refeições, tanto as de confeção local como as transportadas.

Face ao exposto, e nos termos conjugados da alínea j) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com alínea a) do n.º 1, do art.º 27º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1. Autorizar a abertura do procedimento por ajuste direto à empresa supramencionada, para fornecimento de refeições de confeção local nos estabelecimentos dotados com refeitório escolar, e refeições transportadas com confeção externa, abrangendo todos os alunos dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do 1.º ciclo e jardins de infância;
2. A aprovação do Convite e Caderno de Encargos, documentos que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta.

De acordo com os dados do ano letivo anterior, estão previstas um total de 457.875 refeições, das quais 323.400 refeições são de confeção local e 134.475 refeições são transportadas.

O encargo financeiro subjacente à adjudicação poderá atingir o valor de 599.000,00 € (quinhentos e noventa e nove mil euros), acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 137.770,00 € (cento trinta e sete mil setecentos e setenta euros), o que perfaz o valor total de 736.770,00 € (setecentos trinta e seis mil setecentos e setenta euros).»

Sobre a proposta de Fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar da rede pública, do concelho de Palmela numerada DADO_DFA 01_14-15 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o PS irá votar favoravelmente a presente proposta, pois trata-se da abertura de um procedimento por ajuste direto. O PS pretende ver assegurado a abertura das cantinas fora do período escolar e o consequente fornecimento de refeições às crianças e jovens de famílias carenciadas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** responde que esse critério mantém-se.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M..

PROPOSTA N.º DEIS 01_14-15:

«A promoção e apoio ao desenvolvimento do desporto, consubstanciados na criação de condições de prática desportiva para os munícipes, com qualidade, são atribuições das autarquias na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

No âmbito da política da Câmara Municipal, para a gestão dos seus equipamentos desportivos, tem sido concretizada uma política de programas com fins educativos, desportivos e sociais, de modo a possibilitar a um maior número de pessoas e de instituições educativas, desportivas e sociais, em especial às que se situam no território do concelho, a utilização dos quatro equipamentos desportivos municipais sob gestão da Palmela Desporto, E.M. – Piscinas de Palmela e Pinhal Novo, Campo de Jogos de Palmela e Pavilhão Desportivo de Pinhal Novo – e, consequentemente, aumentar o número de praticantes desportivos e de exercício e elevar o nível desportivo no concelho.

Estas funções sociais cometidas à Palmela Desporto têm, como consequência, alguns custos que justificam a comparticipação financeira do Município a título de indemnização compensatória (ou subsídio à exploração).

A primeira experiência de funcionamento desta parceria por época desportiva, que vigorou entre setembro de 2014 e agosto de 2015, mereceu avaliação positiva de ambas as partes. Desta forma, para que a Palmela Desporto possa planificar melhor a sua intervenção e corresponder ao que a autarquia e a comunidade esperam dela, propõe-se aumentar para duas épocas desportivas esta colaboração.

Face ao exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela delibere, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a celebração do Contrato-programa, à deliberação da Assembleia Municipal, nos termos e pelos fundamentos constantes da presente proposta e minuta de contrato anexa.»

Sobre a proposta de Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M., numerada DEIS 01_14-15 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** sublinha que periodicamente essa questão é apresentada para votação e que ela define o sentido de voto do PS. No fundo o que está em causa é a incapacidade da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda. (Palmela Desporto) de realizar investimento. O PS compreende até no sentido instrumental que passa a haver duas épocas desportivas. Crê que a primeira experiência resultou bem até na questão da aferição e dos indicadores que foram estabelecidos.

Reconhece que a questão dos indicadores de avaliação não é algo que seja fácil, porque não fica fechada num ano; é uma questão de permanente ajuste. Pese embora se tenham verificado ajustes, o PS fica sem perceber qual a ligação ao número de reclamações mencionado, sendo contudo omissa a meta que se pretende atingir. De qualquer maneira o PS defende todos esses processos, porque relaciona não só a ocupação com os níveis de satisfação e com o estabelecimento de princípios de indicação simples.

Considera que não vale a pena complicar aquilo que é uma utilização desportiva e que não terá grande complexidade na sua avaliação. Todavia, os resultados operacionais da Palmela Desporto em função do contrato, que vale cerca de 50.000 € (cinquenta mil euros)/mês, em termos do que é ressarcir a empresa pelos serviços que presta em relação a instituições e eventos que estão definidos no contrato, não deixa à Palmela Desporto nenhum tipo de margem para renovar equipamentos e expandir, bem como no âmbito de uma candidatura onde, em princípio, terá que requerer novamente a intervenção financeira da Autarquia.

Não coloca a questão no mérito do trabalho de quem gere a Palmela Desporto, nem dos seus trabalhadores, pois reconhece que a estrutura fez um grande esforço em termos de diversificação. Todavia, a conjuntura leva a que os números de utilização dos equipamentos não aumentem, com exceção da Piscina Municipal de Pinhal Novo. Os demais equipamentos ocupam mais tempo a prestar serviços à população de forma gratuita e às instituições, como por exemplo as escolas, do que propriamente no formato de rentabilização.

O que esta em causa, em função dos números apresentados, é não se vislumbrar uma margem para investimento. Sendo assim, o PS irá abster-se porque, por um lado, concorda com os

princípios de funcionamento do contrato, mas, por outro lado, face aos desafios que se aproximam, continua sem ver a sustentabilidade futura da empresa.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** chama a atenção para os indicadores de avaliação (vide páginas oito a onze). Uns foram atingidos, mas outros, infelizmente, não. Contudo, dentro da transparência que a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda. (Palmela Desporto) tem na sua atividade, encontram-se plasmados.

No que às reclamações diz respeito, na Piscina Municipal de Palmela as metas foram atingidas. Na Piscina Municipal do Pinhal Novo registaram-se seis reclamações e ultrapassou aquilo que seria aceitável, ou seja, que o número fosse inferior à época desportiva anterior. Curiosamente todas ocorreram no mesmo período, mas elas constam. Não obstante, os grandes objetivos foram atingidos, ultrapassados e justificados.

Em relação à incapacidade da empresa em gerir investimento refere que é somente natural que ocorram reuniões periódicas entre o Sr. Presidente do Conselho de Gestão da Palmela Desporto e o representante do Executivo Municipal na Assembleia Geral da Palmela Desporto. Acrescenta que seria arriscado manter o mesmo valor, não por um mas por dois anos.

Comenta que, quando foi aprovado o Contrato de Comodato, constatou-se que não havia na lei alternativas senão manter a versão miserabilista daquele contrato. É algo que não agrada à Maioria em Exercício e quase que apetecia que todas as forças políticas, em conjunto, votassem contra, mas trata-se da lei.

Na última reunião que teve com o Sr. Presidente do Conselho de Gestão da Palmela Desporto tomou conhecimento que vai haver um investimento de cerca de 100.000 € (cem mil euros), nomeadamente para fazer face ao seguinte:

- Realização de uma nova antecâmara de entrada para a Piscina Municipal de Pinhal Novo;
- Aquisição de uma viatura;
- Aquisição de uma nova plataforma eletrónica - que já se encontra a funcionar;
- Aquisição de um novo programa informático para a gestão da piscina;
- Aquisição de onze contadores novos;
- Impermeabilização do terraço contra a corrosão e mais umas estruturas em tubo e em ferro;
- Substituição e pintura de estruturas;
- Aplicação de um teto falso.

Na reunião mencionada, a Palmela Desporto deu a garantia de conseguir atingir os valores contratados, mas sempre fica a dúvida se no final do verão apresentará lucro. Não obstante, o que está em causa não é a obtenção de lucro; a empresa existe não é para gerar lucro, mas sim porque há o risco de não poder ter consecutivamente um conjunto de prejuízos devido à questão do encerramento da própria empresa municipal.

Quanto à candidatura que está a ser preparada é no âmbito da eficiência energética. Essa candidatura reveste-se da maior importância, porque a fatura energética da Palmela Desporto é elevada.

O **Sr. Presidente** acrescenta que obviamente pode estar em causa outros investimentos, de acordo com os ciclos de eventuais programas e financiamentos, pois os equipamentos da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda. (Palmela Desporto) também se encontram recenseados para eventuais candidaturas. Na altura certa, proceder-se-á às alterações necessárias, tanto mais que existirá também uma participação municipal.

Para quem está mais dessintonizado com as alterações legislativas que ocorreram relativamente às empresas municipais, sublinha que parte-se do princípio que a empresa existe para gerir os equipamentos, dar-lhes um uso e uma fruição que corresponda para o desenvolvimento social. Porém, cabia ao Município efetuar os investimentos necessários. Entretanto a legislação atual não permite esse mecanismo. Resta afetar uma parte de alguns resultados positivos a certas obras de conservação.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Natividade Coelho, Pedro Taleço e António Braz, que apresentam declaração de voto. Aprovado em minuta.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS/A SRS./A VEREADORES/A DO PS:

"A Vereadora e os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, pelo seguinte motivo:

O Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M., revela um esforço na clarificação dos indicadores de avaliação da atividade da Palmela Desporto.

Não obstante o esforço e competência reconhecidos à gestão da Palmela Desporto, bem como dos/das trabalhadores/as e colaboradores/as, continua a não se verificar a existência de uma política do Município que transmita opções em termos de investimento para manutenção e possível expansão dos equipamentos da empresa, assegurando a sua eficiência e rentabilidade. É notória a incapacidade de investimento da empresa, pelo que seria imperativo, não se vislumbrando uma estratégia de futuro no contrato comodato recentemente assinado, criar

condições no contrato-programa para o investimento, designadamente em candidaturas no âmbito da eficiência energética, ou outras.”

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Adesão à Candidatura da Arrábida à Reserva da Biosfera.

PROPOSTA N.º DCCT 01_14-15:

«A Arrábida é uma paisagem única, rica em património geológico, ecológico e cultural. Lugar de contrastes, de mar e terra, de céu e serra, de obras conjugadas do Homem e da Natureza, o território Arrábida constitui uma unidade orgânica, independente, em que património natural e cultural, material e imaterial, se encontram indissolivelmente ligados, uma identidade geográfica única e excecional que se pretende preservar, valorizar e promover. Com base nessa caracterização, em 2004, a UNESCO inscreveu o Bem Arrábida na Lista Indicativa de Património Excecional passível de classificação como Património Mundial. Um protocolo de Colaboração estabelecido em 2009, entre a Associação de Municípios da Região de Setúbal e o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e, um compromisso assumido entre essas duas entidades e os municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, permitiram desenvolver uma investigação científica envolvendo parceiros diversificados, que concebeu e permitiu ao Estado português – com amplo consenso nacional – submeter a candidatura do Bem Arrábida à apreciação da UNESCO como Património Mundial, na forma «Património Misto». Por razões patentes nos relatórios da UNESCO, não foi atribuída essa distinção ao território candidato.

Contudo, através de um outro mecanismo da UNESCO, criado em 1970 – o Programa Homem e a Biosfera -, que visa organizar em rede um conjunto de territórios denominados «Reservas da Biosfera», consideram a Associação de Municípios da Região de Setúbal, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e os três Municípios acima mencionados, e auscultados os serviços da UNESCO Portugal, que o Bem Arrábida tem potencialidades para ser candidato a Reserva da Biosfera. Essa candidatura potencia todo o trabalho que ao longo dos anos foi realizado pela equipa técnica Arrábida, seus parceiros académicos e sociedade civil, e foi analisada pela Comissão Executiva da anterior Candidatura da Arrábida a Património Mundial, conforme é expresso no documento que se anexa.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea t) do ponto 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a adesão do município de Palmela à parceria com as entidades mencionadas que visa a Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera, com base nos termos do documento anexo que faz parte integrante desta proposta.»

Sobre a proposta de Adesão à Candidatura da Arrábida à Reserva da Biosfera numerada DCCT 01_14-15 intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que o PS irá votar a favor da presente proposta.

Acrescenta que o processo está numa fase embrionária, embora haja muito trabalho feito. Segundo percebeu, quer da proposta, quer do anexo que foi distribuído, a candidatura é uma forma de potenciar o trabalho já desenvolvido ao longo de anos no âmbito da candidatura da Arrábida a Património Mundial.

Relembra que o processo de candidatura da Arrábida a Património Mundial foi desolador, pese embora o empenhamento e a confiança depositada – falhou-se todos os critérios de avaliação. Afirma que não está a discutir os critérios, nem está a dizer que os promotores da candidatura se enganaram, mas é sabido a reação, principalmente, da comunidade científica relativamente ao insucesso.

A presente candidatura certamente obedece a um conjunto de regras e de critérios e as equipas são as mesmas. Por vezes são exigidos elevados padrões do trabalho interno das diversas comissões, mas não existe uma conveniente articulação. Dado que a presente candidatura surge no âmbito de uma reorientação por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), questiona se está a ser desenvolvido trabalho em parceria com a UNESCO, para obviar um eventual insucesso por falta de conhecimento relativamente áquilo que é exigível.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** começa por esclarecer que relativamente à candidatura da Arrábida a Património da Humanidade houve uma desistência do Estado Português e que houve opiniões divergentes por parte dos peritos.

Relativamente à presente candidatura, informa que existe articulação com a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entidade que valida a possibilidade de êxito da candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera. Naturalmente existe trabalho feito, nomeadamente por parte de parceiros académicos e científicos. Portanto, estão reunidas as condições para acreditar que a presente candidatura será bem-sucedida.

O **Sr. Presidente** refere que o caminho que está a ser trilhado certamente terá um resultado diferente. Como membro da Comissão Executiva esteve, juntamente com o Sr. Vereador Luís Miguel Calha, numa reunião de trabalho com a Sra. Coordenadora da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) responsável pelo programa. Houve a oportunidade de verificar outras candidaturas de outras regiões que já possuem esse galardão e percebeu-se que o trabalho já realizado no âmbito da candidatura da

Arrábida a Património Mundial ultrapassa em muito aquilo que é necessário para a candidatura. Aliás, até é necessário simplificar o trabalho já realizado.

Recordo que para a outra candidatura, a presença de algumas atividades económicas no território eram motivo inibidor da obtenção de pontuação em alguns critérios. Na presente candidatura acontece precisamente o inverso, ou seja, obriga a trabalhar com aquilo que já existe no terreno levando os parceiros económicos, os proprietários e as pedreiras a ter de trabalhar no sentido de preservar o bem e dar-lhe sustentabilidade ambiental, turística e económica. O conjunto de todas essas vertentes garante o sucesso da candidatura. Houve também a oportunidade de conhecer as candidaturas dos Açores e das Berlengas, cujos processos estão ainda incompletos.

Em suma, existem condições para que a candidatura seja aprovada. Todos os parceiros da Comissão Executiva e o próprio Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. estão muito entusiasmados. Em setembro de 2016 será o momento de entregar a candidatura.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** reafirma que pode-se realizar um ótimo trabalho mas se os critérios não forem cumpridos, deita-se tudo a perder. Contudo, tendo em conta as informações prestadas, acredita que existem motivos para o desfecho ser diferente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Requerente: FIT – Fomento da Indústria do Tomate, S.A.. Proc.º E-288/59. Requerimento n.º 1828/2015. Local: Águas de Moura.

PROPOSTA N.º DAU 01_14-15:

«O Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, vem criar um mecanismo extraordinário e temporário que permite avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não disponham de título de exploração ou de exercício válido, face às condições atuais da atividade, designadamente por serem desenvolvidas em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas ou restrições de utilidade pública ou que, dispondo de título válido, estão impossibilitadas de proceder à

alteração ou ampliação em consequência das condicionantes atinentes ao ordenamento do território.

Neste contexto, aquele Decreto-lei prevê que, nas situações atrás referidas se constitua por elemento instrutório obrigatório para o pedido de regularização da atividade económica, a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial, no caso vertente, da FIT – Fomento da Indústria do Tomate, S.A. emitida pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, independentemente do adequado apoio que a Câmara Municipal entende dar aos interessados que desenvolvem atividades económicas no nosso território e do papel fundamental para o desenvolvimento social e económico do concelho que as mesmas conferem, cumpre ponderar quanto à importância da atividade a regularizar, de modo a fundamentar o reconhecimento do relevante interesse público legalmente requerido.

É pois neste enquadramento, que a FIT – Fomento da Indústria do Tomate, S.A., com sede social em Herdade da Pernada, em Águas de Moura - Palmela, na qualidade de proprietária, solicita à Câmara Municipal o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento industrial de preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tendo para o efeito junto a documentação instrutória necessária, através do Req.^{to}. 1828/2015.

RAZÕES QUE LEVAM AO PEDIDO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO

A instalação industrial situa-se em Herdade da Pernada, Águas de Moura, conforme planta em anexo 1, tem as instalações implantadas no prédio descrito na Conservatória do registo predial de Palmela sob o n.º 1909/20071220 e na matriz predial rústica n.º 5 da secção M, freguesia de Marateca (União de freguesias Poceirão e Marateca), com área registada de 150.000,00 m², com área coberta de 29.000,00 m².

A regularização da instalação industrial, associada à viabilização e melhoria das condições de funcionamento, não está enquadrada nos instrumentos de gestão territorial em vigor para o local, conforme planta em anexo 2, designadamente:

- O índice urbanístico atribuído pelo Plano Diretor Municipal de Palmela é insuficiente para enquadrar a pretensão;
- Ao nível das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, o prédio ficou parcialmente integrado em Reserva Ecológica Nacional (REN) e em Reserva Agrícola Nacional (RAN), situação que também impossibilitou a regularização das obras de alteração e ampliação.

Neste contexto, atenta a desconformidade do estabelecimento industrial, nomeadamente, quanto a localização da instalação e da alteração/ampliação nas instalações, com os IGT e

servidões/restrições de utilidade pública referenciadas, deve ser a referida área reclassificada, de modo a garantir a conformidade com o tipo de atividade desenvolvida pela empresa, de acordo com parecer do Gabinete de Planeamento Estratégico e constante do processo, como solo urbano, afeto a espaços de atividades económicas – Áreas industriais.

BASES PARA A FUNDAMENTAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO PEDIDO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade de preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos, com CAE 15335, desenvolve-se no local desde 1958, tendo a empresa sediada no concelho uma faturação de 8 a 9 milhões de euros nos anos 2012 e 2013, empregando 41 trabalhadores, que ascende a 180 durante a campanha do tomate.

De registar que relativamente à instalação industrial foram emitidos as seguintes licenças/autorizações:

- Licença de exploração industrial n.º 05/LVT/2009 emitida pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- Licença ambiental emitida pelo Instituto do Ambiente – Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- Alvará de utilização n.º 664/1957 relativo a “casa da caldeira, zona de fabrico, zona de arejamento, armazém, posto de transformação, depósito de água e instalações sanitárias”;
- Alvará de utilização, n.º 842/1958 relativo a “muros de cais, armazém, refeitório e instalações sanitárias”;
- Alvará de utilização e n.º 288/1959 relativo a “casa das balanças, escritórios, pousada, bairro social (4 edifícios de habitação) ”.

Atenta a apreciação feita pela Divisão de Administração Urbanística e tendo como propósito a instrução do pedido de regularização da atividade na entidade coordenadora e consequente necessidade de alteração do Plano Diretor Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 12º do Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, de modo a garantir a conformidade com o tipo de atividade desenvolvida pela empresa, **propõe-se:**

Nos termos da alínea a) do n.º 4, do artigo 5º, do Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e das alíneas k) do n.º 2, do artigo 25.º e ccc) do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de, 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, o pedido de interesse público municipal na regularização da supra referida instalação industrial da FIT - Fomento da Indústria do Tomate, S.A., sujeitando esse reconhecimento à competente deliberação da Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta de Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização numerada DAU 01_14-15 intervém:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que a presente proposta vem no seguimento da última reunião de Câmara em que foi aprovado também a ampliação de duas empresas.

Parafraseando o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, pensa que isso foi a única boa lei que o atual Governo fez. Salaria que a fábrica de indústria de tomate é amiga, porque foi onde exerceu o seu primeiro emprego nas férias escolares.

Trata-se de uma empresa essencialmente sazonal e a partir do mês de julho até finais de setembro admite muitos trabalhadores, o que é muito positivo tendo em conta que está implantada numa zona rural muito carenciada de emprego. Na sua opinião, a ampliação das instalações é motivo de louvor pelo que o Reconhecimento de Interesse Público Municipal daquele estabelecimento industrial é merecido.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e cinquenta minutos do dia dois de julho de dois mil e quinze, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco